



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

ANEXO VI

FORMULÁRIO D – ÁREA: MEIO AMBIENTE

Questão de Avaliação	Item de Verificação	Questão Auxiliar		Requisitos de Atendimento	Opções de Resposta	Compõe Nota?	Dependência	Resultado quando a condição da dependência não for satisfeita	Interlocutor	Interlocutor substituto
Q01. Defesa Civil	IV01. Estrutura institucional da defesa civil	30309	O Município dispõe de estrutura responsável pela Defesa Civil formalizada em lei (coordenadoria, departamento ou gerência), vinculada diretamente ao Prefeito?	• Deve existir lei que institua formalmente a estrutura da Defesa Civil; • A estrutura deve estar em funcionamento no ano de referência; • Por vinculação direta ao Prefeito entende-se a existência de previsão formal (lei, decreto ou outro instrumento normativo) que assegure à Defesa Civil a prerrogativa de acionar e se reportar diretamente ao Chefe do Poder Executivo, independentemente da subordinação administrativa da unidade a outra secretaria, órgão ou agente público.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV01. Estrutura institucional da defesa civil	30310	Anexe a lei municipal que institui a estrutura responsável pela Defesa Civil (incluindo anexos, se houver).	O anexo deve contemplar ainda a comprovação da vinculação direta da estrutura ao Prefeito, quando essa previsão não constar da própria lei.	ANEXO	NÃO	(30309 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV01. Estrutura institucional da defesa civil	30311	O Coordenador Municipal de Defesa Civil exerce com exclusividade o cargo e atribuições de coordenação da Defesa Civil?	• O Coordenador Municipal de Defesa Civil deve exercer exclusivamente as funções inerentes ao cargo, não podendo acumular outros cargos ou atribuições; • A carga horária do cargo poderá ser definida pelo Município conforme sua necessidade e realidade administrativa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30309 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV01. Estrutura institucional da defesa civil	30312	Anexe o ato de nomeação ou designação do Coordenador Municipal de Defesa Civil e os demais documentos que comprovem suas atribuições e carga horária, quando essas informações não constarem do próprio ato.	-	ANEXO	NÃO	(30311 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV01. Estrutura institucional da defesa civil	30313	Há servidores públicos efetivos destinados exclusivamente à atuação na Defesa Civil?	• O Município deve possuir cargos efetivos ocupados por servidores com atribuições exclusivas para a área da Defesa Civil; • A carga horária dos cargos poderá ser definida pelo Município conforme sua necessidade e realidade administrativa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30309 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Defesa Civil	IV01. Estrutura institucional da defesa civil	30314	Anexe o ato de nomeação do servidor.	-	ANEXO	NÃO	(30313 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV01. Estrutura institucional da defesa civil	30315	No ano de referência, os servidores públicos que atuam na estrutura da Defesa Civil do Município receberam capacitação técnica adequada para o pleno desempenho de suas funções?	- Os servidores devem ter participado de, no mínimo, uma ação de capacitação no ano de referência; - São válidos, por exemplo, cursos, treinamentos presenciais ou online, oficinas, seminários ou formações específicas em defesa civil.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30309 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV01. Estrutura institucional da defesa civil	30316	Anexe a documentação comprobatória das capacitações.	-	ANEXO	NÃO	(30315 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV01. Estrutura institucional da defesa civil	30317	O Município possui diagnóstico ou estimativa documentada e atualizada, no ano de referência, sobre a necessidade de servidores para a atuação na Defesa Civil?	- Deve haver diagnóstico ou estimativa formal, registrado em documento oficial do Município; - O diagnóstico ou estimativa deve apresentar elementos que permitam avaliar a necessidade de pessoal para atuação na Defesa Civil, considerando, por exemplo, a descrição das atividades desenvolvidas, a carga horária dos servidores vinculados à unidade e a capacidade do quadro de pessoal existente para atender às demandas da Defesa Civil, permitindo concluir pela suficiência do quadro atual ou pela necessidade de sua ampliação e/ou de ajuste da carga horária; - O diagnóstico deve ter sido elaborado ou atualizado no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30309 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV01. Estrutura institucional da defesa civil	30318	Anexe o documento que contenha o diagnóstico ou estimativa da necessidade de servidores para atuação na Defesa Civil do Município.	-	ANEXO	NÃO	(30317 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV01. Estrutura institucional da defesa civil	30319	De acordo com o diagnóstico ou estimativa, o Município dispõe dos servidores necessários para a Defesa Civil?	- A quantidade de servidores em atuação deve corresponder, no mínimo, à necessidade identificada no diagnóstico; - Além do quantitativo, deve haver compatibilidade quanto à formação, carga horária e funções.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30317 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30320	O Município possui Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, que compreenda os requisitos mínimos previstos em lei?	• O Município deve dispor de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil vigente no ano de referência; • O Plano deve atender aos requisitos da Lei nº 12.340/2010, incluindo definição de responsabilidades, sistemas de alerta, exercícios simulados, atendimento emergencial, ações de saúde, cadastro de equipes, logística de suprimentos, etc.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30321	Anexe o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil vigente no Município (documento técnico completo, incluindo anexos, mapas e apêndices, se houver).	• O documento anexado deve corresponder ao texto integral do Plano de Contingência vigente no ano de referência; • Devem ser incluídos os apêndices, mapas, fluxogramas e demais anexos técnicos que compõem o Plano, quando existentes;	ANEXO	NÃO	(30320 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30322	No ano de referência, o Município acionou o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil em resposta a evento(s) adverso(s) ocorrido(s) no território municipal?	Questão informativa: não compõe a nota do Município. Considera-se acionamento a mobilização efetiva, total ou parcial, das ações previstas no Plano em resposta a evento adverso real, independentemente de ter havido decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública. Não se consideram acionamento os exercícios simulados nem as ações de rotina de monitoramento e alerta não seguidas de mobilização.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(30320 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30323	Nas situações enfrentadas no ano de referência, o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil mostrou-se suficiente, permitindo a execução das ações nele previstas sem a ocorrência de falhas operacionais?	Consideram-se falhas operacionais, entre outras: insuficiência ou indisponibilidade de equipamentos, veículos e materiais; insuficiência de pessoal ou de capacitação da equipe; insuficiência de recursos financeiros; inadequação da estrutura de abrigamento; falhas nos fluxos de comunicação e alerta à população; falhas na articulação com órgãos estaduais, federais ou com outros municípios. Responda NÃO caso tenha sido identificada ao menos uma falha operacional na execução do Plano.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30322 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30324	As falhas operacionais identificadas foram corrigidas mediante revisão ou atualização do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil?	Considera-se correção a revisão ou a atualização formal do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil que incorpore medidas destinadas a afastar as falhas operacionais identificadas, aprovada pela autoridade competente e com data posterior à identificação das falhas. As providências adotadas fora do Plano, tais como aquisição de equipamentos, contratação ou capacitação de pessoal, celebração de acordos de cooperação e adequação de estruturas de abrigamento, somente serão consideradas quando estiverem refletidas no texto do Plano revisado ou atualizado. Responda SIM somente se todas as falhas operacionais identificadas tiverem sido contempladas na revisão ou na atualização do Plano, promovida até a data de resposta ao questionário. Não se considera correção o mero registro da falha em relatório, ata ou documento de avaliação pós-evento, tampouco a previsão de providências futuras sem a correspondente alteração do Plano.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30323 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30325	O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil do Município foi instituído por ato normativo?	O Município deve dispor de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil instituído por ato normativo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30320 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30326	Anexe o ato normativo municipal que institui o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (incluindo anexos, se houver).	-	ANEXO	NÃO	(30325 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30327	O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil prevê as ações de proteção, de resgate, de acolhimento e de manejo animal?	Conforme art. 9º da Lei Federal nº 15.355/2026, compete aos Municípios, dentre outras ações, "incorporar as ações de proteção, de resgate, de acolhimento e de manejo animal em seu Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil".	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30320 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30328	Indique o artigo, página e/ou item em que as ações de proteção, de resgate, de acolhimento e de manejo animal são abordadas dentro do Plano de Contingência.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30327 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30329	No ano de referência, o Município avaliou a eficácia do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, verificando sua adequação às situações descritas no plano?	No ano de referência, deve ter sido realizada avaliação anual formal e documentada da eficácia do Plano de Contingência. São ações de avaliação: • Verificação de mudanças no padrão climático do último ano e atualização de cenários/áreas de atenção e mapas de risco, quando necessário, com base em dados locais e registros oficiais. • Registro e análise dos eventos climáticos ocorridos no período (tipo, data, local, danos, afetados, resposta executada), com avaliação da eficiência das ações previstas no plano (ativação, comunicação, logística, recursos, tempos de resposta e articulação intersetorial). • Exercícios simulados realizados no ano de referência: – ao menos um simulado com as equipes (ex.: exercício de mesa/operacional); e, quando pertinente ao risco identificado, simulado com participação da população (ex.: evacuação, resposta a alagamentos). • Exemplo de evidências: relatório anual de avaliação contendo achados, lições aprendidas e plano de melhorias, atas/listas de presença, registros fotográficos, logs/prints de testes de alerta, versão do Plano de Contingência atualizada incorporando as melhorias etc.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30320 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30330	Anexe documentos que comprovem a avaliação da eficácia do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil.	-	ANEXO	NÃO	(30329 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30331	O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil está disponível no site oficial do Município?	• O Plano de Contingência deve estar publicado na íntegra no site oficial do Município ou no Portal da Transparência; • Informações que envolvam dados pessoais devem ser resguardadas conforme a LGPD.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30320 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30332	Informe o endereço eletrônico (link) de acesso à documentação completa do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30331 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30333	O Município possui processo de trabalho formalizado que defina o passo a passo para decretação de situação de emergência e estado de calamidade pública?	• O processo de trabalho para decretação de emergência ou calamidade deve possuir, no mínimo, os seguintes requisitos: • Definição das etapas e responsabilidades dentro da estrutura do Município; • Indicação do local onde estão disponíveis os modelos de documentos necessários à decretação; • Elementos que configuram o estado de emergência ou de calamidade pública.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30334	Anexe o Procedimento Operacional Padrão (POP), incluindo anexos, se houver, que verse sobre o passo a passo para decretação de situação de emergência.	-	ANEXO	NÃO	(30333 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30335	O Município possui planejamento/processo formalizado para coleta, distribuição e controle de suprimentos destinados à população em caso de desastre?	• O Município deve dispor de planejamento formalizado e documentado para a gestão de suprimentos em situações de desastre, podendo constar de documento próprio (plano, protocolo ou procedimento específico) ou de capítulo/seção do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil; • O planejamento deve abranger: – Identificação dos tipos de suprimentos essenciais a serem disponibilizados (ex.: água potável, alimentos, medicamentos, itens de higiene, roupas de cama, combustível, abrigo temporário e materiais para animais); – Estratégia de coleta e recebimento de suprimentos (estoques prévios, doações, repasses estaduais/federais, parcerias com organizações da sociedade civil e setor privado); – Definição de locais de armazenamento e logística (pontos de coleta, depósitos, abrigos, ginásios, escolas, centros de distribuição); – Procedimentos de distribuição (critérios de priorização de grupos vulneráveis, formas de entrega, registros de famílias/pessoas atendidas,	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

				abrangência territorial); – Controle e rastreabilidade dos suprimentos (estoques, entradas e saídas, periodicidade de atualização, responsáveis pelo controle); – Designação de responsáveis institucionais (Defesa Civil municipal e demais secretarias/órgãos parceiros); – Articulação intersetorial (saúde, assistência social, segurança, transporte, organizações da sociedade civil) para garantir agilidade e eficiência; – Cadastro atualizado de fornecedores, doadores e parceiros (organizações da sociedade civil, setor privado, entidades assistenciais) para fins de coleta, aquisição ou recebimento emergencial de suprimentos, com informações de contato válidas.						
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30336	Anexe o documento formalizado para coleta, distribuição e controle de suprimentos.	Caso esse planejamento esteja inserido no Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, anexe o trecho (capítulo, seção ou páginas correspondentes) do Plano que trata do tema.	ANEXO	NÃO	(30335 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30337	O planejamento da Defesa Civil, incluindo os planos de contingência e de suprimentos, contempla ações ou responsabilidades atribuídas a outras áreas da Administração Municipal como, por exemplo, a assistência social?	• O planejamento deve indicar expressamente ações ou responsabilidades atribuídas a outras áreas da Administração Municipal (ex.: assistência social, saúde, educação), podendo constar do próprio Plano de Contingência ou de outro instrumento de planejamento da Defesa Civil; • Esta questão avalia apenas o conteúdo do documento; a participação efetiva dessas áreas na elaboração ou revisão é tratada na questão seguinte.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30338	Houve efetiva participação de outras áreas da Administração Municipal na elaboração ou revisão dos planos de proteção e defesa civil, especialmente quanto às atribuições de sua competência?	• Os planos devem contemplar a participação de outras áreas da Administração Municipal cujas atribuições estejam relacionadas às ações de proteção e defesa civil; • A participação deve ocorrer, especialmente, na definição das responsabilidades e procedimentos de competência de cada área envolvida; • A participação poderá ser comprovada por meio de documentos como atas de reuniões, listas de presença, manifestações técnicas, versões dos planos com contribuições dos setores envolvidos ou outros registros equivalentes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30337 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30339	Anexe a documentação comprobatória da participação de outras áreas da Administração Municipal na elaboração ou revisão dos planos e instrumentos de proteção e defesa civil (incluindo anexos, se houver).	• A forma mais objetiva de comprovação é um documento assinado pelas áreas citadas, confirmando sua participação; também são aceitas atas de reunião, listas de presença ou manifestações técnicas dessas áreas.	ANEXO	NÃO	(30338 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30340	No ano de referência, o Município enfrentou impactos relevantes decorrentes de eventos climáticos ocorridos no próprio ano ou em anos anteriores, que afetaram a prestação de serviços públicos, a infraestrutura municipal ou a continuidade das atividades da administração pública, exigindo ações de recuperação, reconstrução ou restabelecimento?	Esta questão é informativa e não influenciará na nota obtida pelo Município. Selecione a opção "sim" caso o Município tenha enfrentado desafios ocasionados por situações como inundações, enxurradas, enchentes, deslizamentos, secas, granizos, estiagens etc. no ano de referência, ainda que o evento tenha ocorrido no ano anterior, mas tenha impactado no corrente ano. Considere que houve interrupção significativa quando o evento causou a paralisação ou prejuízo relevante de serviços públicos, danos importantes a prédios, equipamentos ou infraestrutura municipal, ou colocou	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

				em risco a continuidade do atendimento à população. Trata-se de evento natural, tecnológico ou humano que tenha causado interrupção significativa das operações, danos a ativos, ou riscos à continuidade.						
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30341	Nas situações enfrentadas no ano de referência, o Município adotou plano de recuperação pós-desastre que contemplasse recomposição de áreas afetadas e apoio a pessoas e animais vitimizados?	• O plano deve estar documentado; • O plano deve contemplar, quando aplicável, medidas como contenção de encostas, reconstrução de infraestrutura, realocação de famílias, apoio psicossocial, estímulo à recuperação econômica e disponibilização de abrigos temporários para animais; • A execução das ações previstas no plano deve ser monitorada e documentada, podendo ser comprovada, por exemplo, por meio de ordens de serviço, relatórios de acompanhamento, registros fotográficos ou outros documentos que evidenciem sua implementação e os resultados alcançados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30340 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30342	Anexe a documentação completa relativa ao plano de recuperação pós-desastre (incluindo anexos, se houver).	-	ANEXO	NÃO	(30341 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30343	O Município dispõe de procedimento formalizado para levantamento e quantificação de danos e prejuízos decorrentes de desastres, que considere a interrupção de serviços e os danos a estruturas públicas essenciais (ex.: saúde, educação, energia, abastecimento de água, transporte e mobilidade), para subsidiar o registro nos sistemas de Proteção e Defesa Civil (S2ID, SISDC ou similares)?	• Deve haver procedimento formalizado (POP, protocolo ou seção específica do Plano de Contingência); • O procedimento deve contemplar as categorias do Formulário de Informações do Desastre (Fide): danos humanos, materiais e ambientais e prejuízos econômicos públicos e privados; • Deve definir os responsáveis pelo levantamento, as secretarias e concessionárias que fornecem as informações e os instrumentos de registro (formulários e relatório fotográfico datado e georreferenciado).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV02. Planejamento da defesa civil	30344	Anexe a documentação acerca da metodologia adotada	• A comprovação poderá ser realizada por meio de relatórios de danos e prejuízos, formulários oficiais, laudos técnicos ou outros documentos equivalentes.	ANEXO	NÃO	(30343 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30345	A Defesa Civil do Município dispõe de sala equipada com mesas, cadeiras e computador com acesso à internet, de uso exclusivo?	• A Defesa Civil deve dispor de espaço físico exclusivo para funcionamento; • A sala deve estar equipada, no mínimo, com mesas, cadeiras e computador com acesso à internet; • Os documentos comprobatórios devem identificar o local onde funciona a Defesa Civil e conter registros fotográficos que evidenciem, no mínimo, a sala, as mesas, as cadeiras e o computador com acesso à internet; • As fotografias deverão estar legendadas e com a data do registro; • Poderão ser anexados outros documentos que comprovatórios dos requisitos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30346	Anexe relatório com registros fotográficos da sala utilizada pela Defesa Civil, evidenciando o espaço físico, os equipamentos disponíveis e seu uso exclusivo.	-	ANEXO	NÃO	(30345 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30347	A Defesa Civil conta com veículo disponível para suas atividades, capaz de acessar áreas remotas?	• A Defesa Civil deve dispor de veículo próprio ou cedido para seu uso; • O veículo deve estar disponível para atuação em áreas remotas; • O veículo deve estar em condições de uso no ano de referência. • O documento comprobatório deve identificar o veículo disponibilizado à Defesa Civil, informando, no mínimo, marca, modelo, ano de fabricação e a forma de disponibilização (próprio, cedido ou outro); • Os registros fotográficos devem evidenciar o veículo e deverão estar legendados com a data do registro; • Poderão ser anexados outros documentos comprobatórios dos requisitos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30348	Anexe relatório contendo a identificação do veículo disponibilizado à Defesa Civil, acompanhado de registros fotográficos e demais documentos comprobatórios, se houver.	-	ANEXO	NÃO	(30347 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30349	A Defesa Civil dispõe de gerador elétrico próprio ou de fácil disponibilidade para situações de emergência?	• Deve haver gerador elétrico disponível para uso em emergências; • O gerador pode ser próprio ou acessível mediante acordo formal que assegure sua utilização imediata quando necessário.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30350	Informe se o gerador elétrico é próprio ou disponibilizado por outro órgão ou entidade. Caso seja disponibilizado por terceiro, informe o órgão ou entidade responsável, o local onde o equipamento está disponível e a forma de seu acionamento em situações de emergência.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30349 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30351	A Defesa Civil dispõe de contatos telefônicos exclusivos para atendimento ao cidadão?	• A Defesa Civil deve ter linha(s) telefônica(s) exclusiva(s) para atendimento da população em casos de emergência; • O contato deve estar ativo e divulgado à comunidade.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30352	Informe o(s) número(s) de telefone exclusivo(s) da Defesa Civil destinado(s) ao atendimento da população em situações de emergência, bem como os meios utilizados para sua divulgação à comunidade.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30351 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30353	A Defesa Civil dispõe de equipamentos para registro fotográfico (máquina fotográfica, celular, tablet ou similares)?	• A Defesa Civil deve possuir equipamento disponível para registros fotográficos de ocorrências; • O equipamento pode ser máquina fotográfica, celular ou tablet, em condições de uso.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30354	Informe o(s) equipamento(s) utilizado(s) pela Defesa Civil para registro fotográfico de ocorrências, indicando o tipo de equipamento, a marca e o modelo.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30353 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30355	No ano de referência, o Município definiu formalmente locais destinados a abrigar pessoas e animais em caso de desastre?	• O Município deve ter definido previamente locais destinados ao abrigo temporário de pessoas e animais em situações de desastre; • Os locais definidos devem estar situados em áreas seguras e possuir capacidade compatível com o número estimado de pessoas e animais a serem acolhidos, conforme o planejamento municipal; • Os locais destinados ao abrigo de pessoas devem dispor de infraestrutura mínima para atendimento dos desabrigados, incluindo acessibilidade, instalações sanitárias e acesso à água potável; • A definição dos locais deve estar formalizada em documento oficial, como plano, decreto, cadastro ou outro instrumento equivalente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30356	Anexe a documentação comprobatória da definição dos locais destinados ao abrigo temporário de pessoas e animais em situações de desastre.	-	ANEXO	NÃO	(30355 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30357	O Município possui bebedouros públicos ou pontos fixos de distribuição de água para a população e visitantes em dias de calor extremo e baixa umidade do ar?	• O Município deve disponibilizar pontos fixos de abastecimento de água potável à população durante períodos de calor extremo e/ou baixa umidade do ar; • Os pontos de abastecimento devem estar em funcionamento e acessíveis, especialmente às populações em situação de maior vulnerabilidade, como pessoas em situação de rua;	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30358	Anexe documento informando os locais em que estão instalados os bebedouros públicos ou pontos fixos de distribuição de água.	• O documento comprobatório deve identificar os locais onde estão instalados os bebedouros públicos ou pontos fixos de distribuição de água; • A comprovação poderá ser realizada, por exemplo, por meio de relatórios, registros fotográficos legendados (com identificação do local e da data), mapas, cadastros ou outros documentos equivalentes.	ANEXO	NÃO	(30357 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30359	O Município dispõe de socorristas, agentes de saúde e de defesa civil capacitados para o atendimento em emergências decorrentes de desastres?	• No ano de referência, deve ter sido realizada ao menos uma capacitação para voluntários e socorristas para atendimento em emergências decorrentes de desastres; • As capacitações deverão estar relacionadas ao atendimento em emergências decorrentes de desastres; • São válido, por exemplo, certificados, listas de presença, registros de treinamentos, relatórios, declarações emitidas pela instituição responsável ou outros documentos equivalentes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30360	Anexe a documentação comprobatória da capacitação dos socorristas, agentes de saúde e agentes de defesa civil para atendimento em emergências decorrentes de desastres, realizada no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30359 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30361	No ano de referência, voluntários participaram de capacitações para resgate de pessoas e animais em casos de desastre?	• No ano de referência, deve ter sido realizada ao menos uma capacitação para voluntários e socorristas; • A capacitação deve contemplar técnicas de resgate de pessoas e animais em situações de desastre; • Deve haver evidências documentais da capacitação (listas, certificados ou relatórios); • Conforme estabelece o art. 9º da Lei Federal nº 15.355/2026, compete aos Municípios "estimular a participação de entidades privadas, de associações de voluntários e de organizações não governamentais nas ações de acolhimento dos animais".	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV03. Estrutura física e recursos da defesa civil	30362	Anexe a documentação comprobatória das capacitações realizadas para voluntários voltadas ao resgate de pessoas e animais em situações de desastre.	-	ANEXO	NÃO	(30361 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30363	O responsável pelo registro de dados da Defesa Civil (SISDC, S2ID, Atlas ou similares), nos últimos dois anos, recebeu capacitação para classificar desastres conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE)?	• O responsável pelo registro de dados deve ter participado de curso ou capacitação específica para uso da COBRADE; • Deve haver evidências documentais da capacitação (listas, certificados ou relatórios) e deve ter sido realizada nos dois últimos anos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30364	Anexe a documentação comprobatória da capacitação do responsável pelo registro de dados da Defesa Civil para utilização da Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE).	-	ANEXO	NÃO	(30363 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30365	Os dados cadastrados no SISDC, S2ID e no Atlas estão atualizados, contemplando todas as ocorrências e desastres do ano de referência, inclusive aquelas que não geraram danos ou afetaram pessoas?	• Os sistemas SISDC, S2ID e Atlas devem estar atualizados com o registro de todas as ocorrências e desastres;	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30366	O Município dispõe de sistema próprio de alerta de riscos (como carros de som, megafones, rádios, grupos de WhatsApp ou similares) capaz de alcançar toda a população?	• Deve haver sistema de alerta de riscos implantado pelo Município; • O sistema deve ser capaz de alcançar a totalidade da população; • Podem ser utilizados diferentes meios (sonoros, digitais, comunitários).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30367	Informe qual sistema de alerta de riscos é utilizado pelo Município, os meios de comunicação empregados (ex.: carros de som, megafones, rádios, grupos de WhatsApp ou similares) e como é assegurado o alcance da população em todo o território municipal.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30366 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30368	No ano de referência, o Município realizou pelo menos um simulado para testar o funcionamento do Sistema de Alerta de Desastres?	• No ano de referência, deve ter sido realizado ao menos um simulado de funcionamento do sistema de alerta; • A documentação deve identificar a data de realização, o local, o objetivo do simulado e os participantes envolvidos; • Serão aceitos, por exemplo, relatórios, listas de presença, registros fotográficos, vídeos, materiais de divulgação, atas ou outros documentos equivalentes que comprovem a realização do simulado.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30366 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30369	Anexe a documentação comprobatória da realização de simulado para testar o funcionamento do Sistema de Alerta de Desastres no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30368 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30370	O Município possui estações meteorológicas próprias ou acessíveis?	• O Município deve possuir estação meteorológica própria ou, caso não sejam próprias, acessíveis; • A estação utilizada deve seguir padrão técnico compatível com o da rede do Estado (características técnicas similares), possibilitando a uniformidade e a integração dos dados; • Exemplo: Estações de precipitação, de velocidade do vento e nível do rio.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30371	Informe as estações meteorológicas utilizadas pelo Município, indicando o tipo de estação, sua localização, se são próprias ou acessíveis por meio de outro órgão ou entidade e, neste caso, o órgão ou entidade responsável.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30370 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30372	Existe Conselho Municipal Intersetorial de Proteção e Defesa Civil, criado por lei ou decreto?	• Deve haver lei ou decreto municipal que institua o Conselho Intersetorial; • A composição deve incluir representantes de diferentes secretarias/áreas do Município; • O Conselho deve ter competências relacionadas à elaboração/revisão de planos, fiscalização e implementação de políticas de defesa civil.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30373	Anexe o ato normativo municipal que institui o Conselho Municipal Intersetorial de Proteção e Defesa Civil (incluindo anexos, se houver).	-	ANEXO	NÃO	(30372 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30374	O Município adotou, no ano de referência, mecanismos para assegurar a participação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil na elaboração, revisão e acompanhamento dos planos e políticas de proteção e defesa civil?	• Não basta a previsão normativa: o Município deve adotar mecanismos concretos de participação efetiva do Conselho, como convocação regular para reuniões, atuação ou consulta na elaboração/revisão do Plano de Contingência, ou participação em simulados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30372 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30375	Anexe comprovação das ações que promovam a participação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil nos planos e políticas de proteção e defesa civil.	• Os documentos devem identificar o mecanismo adotado, a ação realizada e a data; • Serão aceitos, por exemplo, calendários de reuniões, convocações, atas, listas de presença ou pareceres do Conselho.	ANEXO	NÃO	(30374 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30376	No ano de referência, o Município promoveu ações para incentivar a participação voluntária da população nos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs) ou para estimular a criação desses núcleos?	• No ano de referência, o Município deve ter realizado ações voltadas ao incentivo da participação voluntária da população nos NUPDECs ou ao estímulo à criação desses núcleos; • Serão consideradas, por exemplo, campanhas educativas, reuniões públicas, oficinas, palestras ou outras ações de conscientização sobre o papel dos NUPDECs na prevenção, preparação, resposta e recuperação de desastres; • O Município deve ter divulgado essas ações por meio de canais de comunicação acessíveis à população, como redes sociais, rádios comunitárias, escolas, associações de bairro ou outros meios equivalentes;	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30377	Anexe a documentação das ações de incentivo aos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs).	-	ANEXO	NÃO	(30376 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30378	No ano de referência, o Município realizou ações educativas sobre Defesa Civil nas escolas e/ou comunidades?	• No ano de referência, deve ter sido realizada ao menos uma ação educativa sobre defesa civil em escolas da rede municipal e/ou diretamente nas comunidades; • As ações podem incluir palestras, oficinas, campanhas ou materiais educativos;	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q01. Defesa Civil	IV04. Informação, participação e dados	30379	Anexe documento que informe as ações educativas sobre Defesa Civil realizadas no ano de referência e indique as escolas e/ou comunidades envolvidas nas ações educativas.	-	ANEXO	NÃO	(30378 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável pelo setor da defesa civil	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV05. Estruturação da política ambiental	30380	O Município dispõe de Política Municipal de Meio Ambiente?	• Deve existir ato normativo municipal instituindo a Política Municipal de Meio Ambiente, vigente no ano de referência (ex.: "Lei da Política Municipal de Meio Ambiente", "Código Municipal de Meio Ambiente"); • O ato normativo deve fixar elementos estruturantes como os objetivos, princípios e diretrizes da política ambiental do Município.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV05. Estruturação da política ambiental	30381	Anexe o ato normativo municipal que institui a Política Municipal de Meio Ambiente.	-	ANEXO	NÃO	(30380 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV05. Estruturação da política ambiental	30382	O Município dispõe de Conselho Municipal de Meio Ambiente?	• Deve existir ato normativo municipal instituindo o Conselho Municipal de Meio Ambiente. • O Conselho Municipal de Meio Ambiente deve ser composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV05. Estruturação da política ambiental	30383	Anexe o ato normativo municipal que institui o Conselho Municipal de Meio Ambiente.	-	ANEXO	NÃO	(30382 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Gestão de recursos ambientais	IV05. Estruturação da política ambiental	30384	O Município dispõe de pelo menos um servidor efetivo atuando na área de meio ambiente?	• Deve haver: Vínculo: servidor efetivo; Lotação na área ambiental: secretaria ou unidade com competência ambiental; Atuação operacional: atribuições finalísticas não apenas administrativas, deve executar atividade técnica (ex. monitoramento ambiental, análise técnica com emissão de laudos, pareceres). • O servidor deve estar em exercício no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV05. Estruturação da política ambiental	30385	Anexe o ato de nomeação ou designação do(s) servidor(es) efetivos que atuam na área de meio ambiente.	-	ANEXO	NÃO	(30384 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV05. Estruturação da política ambiental	30386	O servidor efetivo possui formação superior e/ou técnica em área relacionada ao meio ambiente?	• O servidor efetivo designado para atuar na área ambiental deve possuir formação técnica ou superior em campo correlato, como: engenharia agrônoma, engenharia florestal, engenharia ambiental, biologia, geologia, geografia ou áreas afins. • A formação deve estar concluída e compatível com as funções desempenhadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30384 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV05. Estruturação da política ambiental	30387	O Município possui diagnóstico ou estimativa documentada e atualizada no ano de referência sobre a necessidade de servidores para atuação na área de Meio Ambiente?	• Deve haver diagnóstico ou estimativa formal, registrado em documento oficial do Município; • O diagnóstico ou estimativa deve apresentar elementos que permitam avaliar a suficiência e/ou a necessidade de pessoal para atuação área ambiental, considerando, por exemplo, a descrição das atividades desenvolvidas, a carga horária dos servidores vinculados à área e a capacidade do quadro de pessoal existente frente às atividades ambientais (ex. gestão ambiental e planejamento como elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas ambientais, gestão de planos como o de arborização, monitoramento de indicadores ambientais, elaboração de relatórios, pareceres e estudos técnicos); • O diagnóstico deve ter sido elaborado ou atualizado no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV05. Estruturação da política ambiental	30388	Anexe o documento que contenha o diagnóstico ou estimativa da necessidade de servidores para atuação na área ambiental do Município.	-	ANEXO	NÃO	(30387 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV05. Estruturação da política ambiental	30389	De acordo com o diagnóstico ou estimativa, o Município dispõe dos servidores necessários para a atuação na área ambiental?	• A quantidade de servidores em atuação deve corresponder à necessidade identificada no diagnóstico; • Além do quantitativo, deve haver compatibilidade quanto à formação, carga horária e funções.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30387 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Gestão de recursos ambientais	IV05. Estruturação da política ambiental	30390	O Município está habilitado para licenciar os empreendimentos de impacto local, mediante a certificação emitida pelo CEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente)?	Esta questão NÃO vale nota. É informativa. O Município deve possuir a certificação concedida pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV05. Estruturação da política ambiental	30391	O Município possui órgão municipal com quadro técnico qualificado e suficiente para a realização da atividade de licenciamento de empreendimentos de impacto local?	O órgão ambiental municipal deve ter estrutura física própria com sala e equipamentos necessários para a atividade. Deve ter sido criado por norma municipal. Deve dispor de servidores efetivos com formação superior em áreas compatíveis tais como: Engenharia ambiental, florestal, agrônômica, civil, biologia, geografia, geologia ou áreas afins. O Número de servidores deve ser compatível com a demanda de atividades e com o grau de complexidade dos empreendimentos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30390 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV05. Estruturação da política ambiental	30392	Anexe documento que comprove a existência de órgão municipal responsável pela realização da atividade de licenciamento de empreendimentos de impacto local.	Devem ser anexados documentos que comprovem: A existência de norma de criação do órgão ambiental. A compatibilidade entre o número de servidores e as demandas ocorridas no ano de referência. A estrutura física do órgão (ex. inventário de bens vinculados ao órgão). A qualificação técnica dos servidores.	ANEXO	NÃO	(30391 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30393	No ano de referência, o Município realizou ações ou programas de comunicação continuada sobre temas ambientais voltados à comunidade local?	- No ano de referência devem ter sido executadas ações ou programas de comunicação sobre temas ambientais. - As iniciativas devem ter caráter continuado; uma ação isolada não é suficiente para o atendimento da questão. Consideram-se continuadas: (i) um programa de natureza recorrente (ex.: programa de rádio periódico); ou (ii) um conjunto de, no mínimo, 2 (duas) ações que abordem a mesma temática ou linha de atuação, realizadas em datas distintas ao longo do ano de referência. Podem incluir campanhas educativas, palestras, oficinas, distribuição de materiais, entre outros.. - As temáticas devem ter abordado, no mínimo, conservação das florestas e separação de resíduos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30394	Anexe a documentação comprobatória das ações ou programas de comunicação ambiental executadas no ano de referência.	O documento deverá conter evidências quanto a: - Descrição das ações ou programas; - Periodicidade ou duração (caráter continuado); - Número das ações realizadas e DATA; - Público-alvo (ex. comunidade geral, produtores rurais); - Quantitativo estimado ou mensurado de participantes/beneficiários; - Meios de execução (eventos, campanhas, mídias, materiais educativos etc.). Caso se tratem de palestras, anexe a lista de presença.	ANEXO	NÃO	(30393 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30395	A temática da educação ambiental está inserida de forma transversal nos currículos das escolas da rede municipal de ensino?	- A proposta curricular das escolas municipais deve prever a inserção transversal da educação ambiental. - O tema deve estar articulado a diferentes componentes curriculares, em consonância com a Lei Federal nº 14.926/2024 e com a Política Nacional de Educação Ambiental".	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30396	Anexe documentos comprovando a inserção da educação ambiental.	-	ANEXO	NÃO	(30395 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30397	O Município dispõe de levantamento técnico realizado ou atualizado nos últimos 4 anos que subsidie a identificação de áreas degradadas ou com processos de degradação ambiental em seu território?	• Deve existir levantamento técnico elaborado ou atualizado nos últimos 4 anos. • O levantamento pode abranger todo o território municipal ou apenas áreas específicas previamente identificadas como críticas ou prioritárias. • O levantamento deve identificar ou caracterizar áreas degradadas ou sujeitas a processos de degradação ambiental, tais como erosão, assoreamento, desertificação, degradação de nascentes, voçorocas ou situações semelhantes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30398	Anexe a documentação relativa ao levantamento técnico das áreas de degradação ambiental.	-	ANEXO	NÃO	(30397 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30399	Com base em levantamentos técnicos ou estudos ambientais disponíveis, foram identificadas áreas degradadas ou com processos de degradação ambiental no território municipal, tais como erosão, assoreamento, desertificação e nascentes degradadas?	Esta questão é informativa e não influenciará na nota obtida pelo Município.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(30397 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30400	No ano de referência, foram executados projetos e/ou campanhas locais de proteção e recuperação de áreas degradadas?	• No ano de referência, devem ter sido executados projetos ou campanhas de proteção e recuperação de áreas degradadas. • As ações podem incluir revegetação, contenção de processos erosivos, proteção de nascentes, recomposição de matas ciliares, entre outras.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30399 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30401	Anexe a documentação comprobatória da realização de campanhas ou projetos de recuperação de áreas degradadas no ano de referência.	O Documento deverá conter a descrição das ações/projetos e/ou campanhas realizadas, o período de execução e os resultados alcançados.	ANEXO	NÃO	(30400 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30402	Existe levantamento georreferenciado e atualizado, para o ano de referência, das unidades de conservação ambiental existentes no território municipal (públicas e privadas)? A resposta "Não se aplica" é apenas para o caso de inexistirem unidades de conservação no território municipal.	O levantamento deve identificar, no mínimo, a denominação, localização, delimitação territorial e, quando disponível, o respectivo ato normativo de criação da unidade de conservação.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30403	Anexe a documentação referente ao levantamento.	-	ANEXO	NÃO	(30402 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30404	O Município possui Unidades de Conservação Ambiental municipais, instituídas por ato normativo municipal e vigentes no ano de referência? (Essa questão envolve apenas as pertencentes ao Município)	Unidades de conservação ambiental municipal, assim entendidas como as áreas de preservação ambiental, estações ecológicas, parques, reservas florestais, florestas, com delimitação georreferenciada, instituídas por ato normativo Municipal (Lei, Decreto ou outro Instrumento formal válido).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(30402 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30405	No ano de referência, o Município executou ações de gestão, manutenção, monitoramento, proteção, recuperação ambiental ou melhoria da infraestrutura de suas Unidades de Conservação?	Deve haver comprovação documental da realização de pelo menos uma ação voltada à gestão, proteção, manutenção ou melhoria de unidade(s) de conservação municipal(is); A ação deve ter sido executada no ano de referência; A documentação deve identificar: • a unidade contemplada; • a ação realizada; • o período de execução.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30404 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30406	Anexe documento informando as ações executadas nas Unidades de Conservação no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30405 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30407	O Município possui Plano de arborização urbana vigente no ano de referência?	• O planejamento deve prever escolha de espécies adequadas ao espaço urbano (ex.: compatíveis com calçadas, infraestrutura elétrica, sistemas de drenagem etc.). • O planejamento deve estar vigente no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30408	Anexe a documentação completa relativa ao planejamento técnico de arborização urbana.	-	ANEXO	NÃO	(30407 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30409	No ano de referência, o Município executou ações (ex. plantio, poda) voltadas à arborização urbana, com base em planejamento técnico?	• No ano de referência, devem ter sido executadas ações de arborização urbana com base em planejamento técnico. • As ações devem considerar monitoramento da implementação do plano, manutenção das árvores plantadas (podas, replantio) e aspectos como sombreamento, evapotranspiração e paisagismo sustentável.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30407 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30410	Anexe a documentação completa relativa às ações de arborização urbana efetuadas no ano de referência.	Deve ser apresentado o relatório das ações efetuadas. Quanto às podas, devem ser informadas a destinação dos resíduos (por exemplo: compostagem, reaproveitamento para móveis, queima para aquecimento e cocção)	ANEXO	NÃO	(30409 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30411	O Município promoveu, no ano de referência, ações de proteção do solo urbano e/ou periurbano?	Deve haver comprovação documental de, no mínimo, uma ação executada no ano de referência voltada à proteção do solo urbano e/ou periurbano, tais como: hortas comunitárias e/ou escolares; incentivo a práticas conservacionistas de agricultura urbana/periurbana familiar, para autoconsumo ou subsistência (ex.: distribuição de insumos, assistência técnica). O documento deve indicar, no mínimo: descrição da ação, período de execução no ano de referência e local/população atendida.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV06. Educação, conservação e recuperação ambiental	30412	Anexe a documentação comprobatória da(s) ação(ões) de proteção do solo urbano e/ou periurbano executada(s) no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30411 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV07. Práticas de conservação do solo e estradas rurais	30413	O Município possui área rural?	Esta questão é informativa e não influenciará na nota obtida pelo Município. Selecione a opção "sim" caso o Município possua área rural.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal da área de agricultura	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV07. Práticas de conservação do solo e estradas rurais	30414	O Município possui conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável, agricultura ou instância colegiada equivalente, com participação de representantes do poder público e da sociedade civil?	Considera-se atendida a questão quando o Município dispuser de conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável, de agricultura ou de instância colegiada equivalente, formalmente instituído por lei, decreto ou outro ato normativo municipal vigente no ano de referência. Admite-se colegiado que acumule outras atribuições, desde que o ato de criação preveja expressamente competências relativas ao desenvolvimento rural, à agricultura ou à agricultura familiar no território municipal. A composição deve contemplar representantes do poder público municipal e representantes da sociedade civil, assim entendidos aqueles indicados por entidades representativas do meio rural, tais como sindicatos, cooperativas, associações de produtores e organizações comunitárias rurais, não ocupantes de cargo ou emprego na administração pública municipal. Os membros devem estar designados por ato específico, com mandato vigente durante o ano de referência. Responda NÃO quando o colegiado estiver apenas previsto em norma, sem designação de membros, ou quando a composição contemplar exclusivamente representantes do poder público.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30413 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de agricultura	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Gestão de recursos ambientais	IV07. Práticas de conservação do solo e estradas rurais	30415	O Município possui diagnóstico atualizado, realizado nos últimos 4 anos, sobre o desenvolvimento da agricultura local, incluindo a identificação das técnicas conservacionistas adotadas?	• Deve existir diagnóstico técnico elaborado ou atualizado nos últimos 4 anos sobre a agricultura local. • O diagnóstico deve indicar o perfil de uso e ocupação do solo agrícola e identificar se são adotadas práticas conservacionistas. Exemplo: Uso de plantas de cobertura em diferentes modelos de diversificação de espécies vegetais no sistema produtivo, conforme a região, o perfil do produtor, a recomendação agrônômica. O uso podendo ser em "janelas" de entressafras, em rotação de culturas ou em consórcio de culturas), terraceamento agrícola sempre que viável tecnicamente, integrado ao sistema viário e uso de plantas de cobertura do solo para evitar perda de solo e água, mapeando as referidas situações. • Não precisa ser do Município inteiro, mas deve ser de um percentual que reflita, por estratos (pequeno – aqui compreendido o agricultor familiar, médio e grande produtor rural) o perfil da agricultura no município. De qualquer forma, esse levantamento deve observar critérios técnicos e deve ser documentado, indicando a metodologia utilizada.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30413 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de agricultura	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV07. Práticas de conservação do solo e estradas rurais	30416	Anexe a documentação relativa ao diagnóstico da agricultura local.	-	ANEXO	NÃO	(30415 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de agricultura	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV07. Práticas de conservação do solo e estradas rurais	30417	No ano de referência, o Município realizou campanhas junto a agricultores locais para incentivar técnicas e práticas agrícolas sustentáveis, de modo a favorecer a infiltração de água no solo e a disponibilidade de água para as culturas, além de reduzir a erosão hídrica, o assoreamento e a contaminação de nascentes, rios, reservatórios e lagos, ou outras consequências prejudiciais ao meio ambiente?	• No ano de referência, devem ter sido realizadas campanhas voltadas aos agricultores para difundir práticas agrícolas sustentáveis. • As campanhas devem abordar técnicas de manejo do solo e da água. Técnicas agrícolas sustentáveis são aquelas que evitam a perda do solo, da água, de nutrientes dos fertilizantes na enxurrada etc. Por exemplo: adequado uso e manejo do solo, adequado manejo das culturas, terraceamento agrícola conforme dimensionamento orientado por técnicos habilitados, rotação de culturas, diversificação do sistema produtivo, por exemplo com o uso de plantas de cobertura em rotação ou em consórcio. • As iniciativas podem incluir visitas técnicas, capacitações, premiações ou demonstrações em propriedades-modelo. • O objetivo deve ser a conservação ambiental e a melhoria da disponibilidade de água.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30413 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de agricultura	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV07. Práticas de conservação do solo e estradas rurais	30418	Anexe a documentação comprobatória da realização de campanhas de incentivo a práticas agrícolas sustentáveis no ano de referência.	O Documento deverá conter: • Número aproximado de produtores rurais envolvidos e/ou listas de presença • Data da realização das campanhas • Conteúdo disseminado • Registros fotográficos quando efetuados.	ANEXO	NÃO	(30417 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de agricultura	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Gestão de recursos ambientais	IV07. Práticas de conservação do solo e estradas rurais	30419	No ano de referência, houve capacitação de servidores municipais em técnicas de conservação de solos?	- No ano de referência, deve ter ocorrido pelo menos uma capacitação destinada a servidores municipais que tenha incluído conteúdos técnicos de conservação do solo (dimensionamento de terraços, manejo de bacias hidrográficas, técnicas de infiltração etc.). - A resposta também será positiva caso um servidor que atue na área de agricultura, em exercício no ano de referência, possuir especialização concluída nos 10 anos anteriores, mestrado, doutorado ou pós-doutorado, desde que o curso ou o trabalho final (TCC, dissertação, tese ou pesquisa) trate de conservação ou manejo do solo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30413 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de agricultura	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV07. Práticas de conservação do solo e estradas rurais	30420	Anexe documentos comprobatórios das capacitações de servidores municipais em técnicas de conservação de solos e/ou diploma/certificado no caso de servidor com pós graduação.	-	ANEXO	NÃO	(30419 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de agricultura	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV07. Práticas de conservação do solo e estradas rurais	30421	No ano de referência, houve capacitação de servidores municipais em técnicas de conservação de água e/ou de florestas e áreas verdes?	- No ano de referência, deve ter ocorrido pelo menos uma capacitação destinada a servidores municipais que tenha incluído conteúdos técnicos de conservação de água, florestas ou áreas verdes (proteção de nascentes, recomposição de matas ciliares, recuperação de áreas degradadas, áreas protegidas, corredores ecológicos, zonas úmidas etc.). - A resposta também será positiva se um servidor que atue na área de agricultura ou meio ambiente (mesmo que em departamento de outra secretaria), em exercício no ano de referência, possuir especialização concluída nos 10 anos anteriores, mestrado, doutorado ou pós-doutorado, desde que o curso ou o trabalho final (TCC, dissertação, tese ou pesquisa) trate de conservação de água, florestas ou áreas verdes.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30413 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de agricultura	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV07. Práticas de conservação do solo e estradas rurais	30422	Anexe documentos comprobatórios das capacitações de servidores municipais em técnicas de conservação de água e/ou de florestas e áreas verdes e/ou diploma/certificado no caso de servidor com pós graduação.	-	ANEXO	NÃO	(30421 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de agricultura	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV07. Práticas de conservação do solo e estradas rurais	30423	No ano de referência, o Município promoveu a abertura de novas estradas rurais e/ou a manutenção das já existentes?	Esta questão é informativa e não influenciará na nota obtida pelo Município. Selecione a opção "sim" caso o Município tenha efetuado a abertura de novas estradas rurais ou a manutenção de estradas rurais já existentes no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(30413 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de agricultura	-
Q02. Gestão de recursos ambientais	IV07. Práticas de conservação do solo e estradas rurais	30424	As estradas rurais abertas ou mantidas pelo Município no ano de referência foram executadas com projetos que atendem critérios de conservação de solos e água, conforme Decreto Estadual nº 6.515/2012?	- Os projetos de abertura ou manutenção de estradas rurais devem observar critérios técnicos de conservação de solo e água. - Devem ser incluídos dispositivos de drenagem, contenções laterais e integração com sistemas de terraceamento sempre que as condições topográficas e os tipos de solos permitirem.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30423 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de agricultura	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q02. Gestão de recursos ambientais	IV07. Práticas de conservação do solo e estradas rurais	30425	Anexe documentos comprobatórios da adoção dos critérios conservacionistas nas estradas rurais.	O documento pode ser um relatório contendo a indicação dos trechos das estradas e quais critérios foram adotados.	ANEXO	NÃO	(30424 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de agricultura	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV08. Planejamento, diagnóstico e normativas	30426	O Município possui manual técnico ou norma, própria ou baseada em norma nacional, que oriente como projetar, construir e manter o sistema de drenagem?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Existe documento técnico (manual, norma ou regulamento municipal) estabelecendo padrões para projetar, construir e manter o sistema de drenagem. • O documento pode ser próprio do Município ou adotar/referenciar norma de outro ente federado. Exemplo: manual de drenagem urbana publicado pelo Município, ou ato formal adotando determinado Manual Orientativo como referência técnica municipal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV08. Planejamento, diagnóstico e normativas	30427	Anexe o manual ou as normas técnicas adotadas pelo Município.	-	ANEXO	NÃO	(30426 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV08. Planejamento, diagnóstico e normativas	30428	O Município possui um grupo de trabalho, comitê ou outra instância formal ativo(a), instituído(a) por lei, decreto, portaria ou resolução, para integrar a gestão da drenagem com saneamento, recursos hídricos, meio ambiente e planejamento urbano?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve existir estrutura formal instituída por ato administrativo (lei, decreto, portaria, resolução ou instrumento equivalente). • Essa instância deve reunir, no mínimo, representantes das áreas de meio ambiente, planejamento urbano, saneamento e drenagem. • Devem existir registros formais de funcionamento (atas ou relatórios de reuniões) no ano de referência. Exemplo: comitê gestor do Plano Municipal de Saneamento Básico com pauta de drenagem, ou grupo de trabalho instituído por decreto para articular DMAPU com as demais políticas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV08. Planejamento, diagnóstico e normativas	30429	Anexe documentação comprobatória da existência de instância de articulação intersetorial.	-	ANEXO	NÃO	(30428 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV08. Planejamento, diagnóstico e normativas	30430	O Município possui um cadastro técnico e/ou inventário atualizado, com mapas e projetos, das tubulações e canais do sistema de drenagem?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve existir Cadastro Técnico de Obras Lineares, inventário ou documento equivalente com o mapeamento das tubulações, galerias e canais do sistema de drenagem. • Atualizado: leia-se realizado ou revisto nos últimos 4 anos. • O cadastro ou inventário deve incluir localização georreferenciada, dimensões, materiais e situação operacional das redes existentes, bem como projetos de novas obras, quando houver.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de obras	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV08. Planejamento, diagnóstico e normativas	30431	Anexe a documentação referente ao cadastro técnico atualizado com mapas e projetos do sistema de drenagem.	-	ANEXO	NÃO	(30430 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV08. Planejamento, diagnóstico e normativas	30432	O Município possui diagnóstico técnico sobre o desempenho das obras de drenagem em operação (bueiros, galerias, canais, reservatórios e dispositivos de contenção)?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve existir diagnóstico técnico do desempenho das obras e estruturas de drenagem urbana, contemplando: a) inventário das estruturas existentes (bueiros, bocas de lobo, galerias, canais, reservatórios, piscinões, dissipadores de energia e dispositivos de contenção); b) avaliação do estado de conservação, identificando danos estruturais, assoreamento, obstruções e erosões e necessidade de manutenção; c) análise da capacidade hidráulica, verificando se as estruturas suportam as vazões previstas ou se ocorrem transbordamentos; d) levantamento de pontos críticos (locais com alagamentos frequentes, erosão, refluxo ou extravasamento); e) histórico de operação e manutenção, incluindo limpezas, desobstruções, reparos e intervenções realizadas; e f) conclusão técnica indicando o desempenho das obras, suas deficiências e recomendações para manutenção, recuperação ou ampliação. • O documento deve estar formalizado, datado e assinado por profissional habilitado.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV08. Planejamento, diagnóstico e normativas	30433	Anexe o diagnóstico do desempenho das obras de drenagem.	-	ANEXO	NÃO	(30432 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV08. Planejamento, diagnóstico e normativas	30434	O diagnóstico avalia a capacidade dos canais e tubulações de saída (ponto de deságue) para contemplar todas as ligações efetuadas, evitando sobrecarga (estrangulamento da galeria), erosões e danos estruturais?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve haver levantamento técnico detalhado da capacidade hidráulica dos canais e tubulações de saída. • O levantamento deve contemplar o dimensionamento atual das estruturas (bueiros, galerias, condutos, canais), considerando todas as ligações existentes. • O estudo deve identificar eventuais riscos de sobrecarga, refluxo, erosão, estrangulamento ou danos estruturais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30432 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV08. Planejamento, diagnóstico e normativas	30435	As tubulações de saída comportam toda a vazão do sistema de drenagem?	Esta questão é informativa e não influencia a nota.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(30434 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de obras	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV08. Planejamento, diagnóstico e normativas	30436	O Município possui projetos para adequar o sistema de drenagem, de modo que comporte toda a vazão de água?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Os projetos devem buscar eliminar pontos de sobrecarga e garantir a capacidade total de escoamento. • Os projetos devem estar em execução no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30435 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV09. Execução e manutenção do sistema	30437	O Município possui rotina periódica de limpeza e desobstrução dos dispositivos do sistema de drenagem?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve existir rotina de limpeza e desobstrução dos dispositivos do sistema de drenagem, com periodicidade definida (ex.: mensal, trimestral). • A rotina deve alcançar a totalidade ou a maior parte dos dispositivos existentes no Município. • Devem existir registros das execuções no ano de referência, detalhados no documento anexado na pergunta sobre periodicidade, adiante.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV09. Execução e manutenção do sistema	30438	A rotina de limpeza e desobstrução informada na pergunta anterior abrange o sistema de drenagem como um todo (galerias, poços de visita e canais), e não se limita aos dispositivos de entrada (bocas de lobo, bueiros, grelhas)?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • A rotina deve incluir, além da limpeza dos dispositivos de entrada, a inspeção, limpeza e desobstrução de galerias, poços de visita e canais. • Deve haver evidência de que essas atividades são executadas de forma programada, e não apenas emergencial, incluindo desassoreamento de canais e cursos d'água quando necessário.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30437 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV09. Execução e manutenção do sistema	30439	Anexe documento informando como se dá a periodicidade da limpeza e desobstrução do sistema de drenagem (cronograma, ordem de serviço ou relatório do ano de referência).	-	ANEXO	NÃO	(30437 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV09. Execução e manutenção do sistema	30440	O Município conta com equipe capacitada tecnicamente, atuando em caráter contínuo, para executar a limpeza e desobstrução do sistema de drenagem?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve existir equipe atuando em caráter contínuo para executar a limpeza e desobstrução das bocas de lobo, galerias, redes e canais do sistema de drenagem. • A capacitação técnica deve ser comprovada por treinamento formal ou certificado de curso realizado nos últimos 4 anos, relacionado às atividades de limpeza, desobstrução ou segurança na execução desses serviços.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30437 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV09. Execução e manutenção do sistema	30441	O Município, no ano de referência, realizou monitoramento das condições estruturais e operacionais do sistema de drenagem?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve haver acompanhamento sistemático da rede (galerias, poços de visita, bocas de lobo, canais), abrangendo, no ano de referência, no mínimo os pontos críticos (trechos com histórico de alagamento, obstrução ou falha estrutural) e os trechos previstos em cronograma. • O monitoramento deve ser capaz de identificar falhas estruturais ao longo dos trechos inspecionados, e não apenas na saída. • Devem existir registros das inspeções realizadas no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de obras	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV09. Execução e manutenção do sistema	30442	O monitoramento identificou alguma falha estrutural na rede (rachaduras, colapsos, desalinhamentos, erosões, obstruções crônicas)?	Esta questão é informativa e não influencia a nota.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(30441 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV09. Execução e manutenção do sistema	30443	Anexe o registro ou relatório de monitoramento realizado no ano de referência.	Descreva resumidamente o problema e o local OU indique que nenhuma falha foi identificada.	ANEXO	NÃO	(30441 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV09. Execução e manutenção do sistema	30444	O Município implementou ação de manutenção corretiva para sanar a(s) falha(s) estrutural(is) identificada(s) no monitoramento?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve haver registro de execução da ação corretiva referente à falha identificada na pergunta anterior (ordem de serviço, relatório de obra, laudo de conclusão etc.). • A ação deve estar concluída, ou em execução com cronograma definido, no ano de referência. • Exemplos: reparo de trecho de galeria com colapso identificado; reassentamento de tubulação desalinhada; desobstrução de trecho com obstrução crônica identificada; reforço de talude com processo erosivo identificado.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30442 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV09. Execução e manutenção do sistema	30445	Anexe o comprovante da ação de manutenção corretiva executada (ordem de serviço, relatório, laudo de conclusão ou cronograma de execução).	-	ANEXO	NÃO	(30444 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30446	O Município possui dispositivos de retenção de resíduos sólidos e sedimentos instalados nos bueiros (bocas de lobo), como cestos coletores, grelhas ou caixas de retenção, para evitar que esses materiais obstruam a rede e cheguem aos corpos hídricos?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • O cadastro técnico deve identificar o quantitativo total de bueiros/bocas de lobo do Município. • Devem existir dispositivos de retenção (grades, cestos coletores, caixas com sistema de filtragem) instalados nos bueiros localizados, no mínimo, em áreas prioritárias, por exemplo, vias com maior geração de resíduos (comércio, feiras, mercados), pontos com histórico de entupimento ou alagamento, ou bueiros mais próximos do lançamento em corpos hídricos. • Um dispositivo isolado, sem relação com o quantitativo total de bueiros cadastrados, não é suficiente para responder "SIM". • Para os bueiros fora dessa priorização, é aceitável a existência de cronograma formal de expansão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30447	O Município possui lei ou decreto específico que incentive o particular a adotar medidas que aumentem a infiltração da água no solo ou que promovam a captação/aproveitamento de água de chuva?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve existir lei ou decreto municipal específico sobre o tema, regulamentado e em aplicação no ano de referência, com critérios objetivos de concessão, forma de comprovação (certificado, vistoria, laudo) e órgão responsável. • A norma deve incentivar a implantação de medidas que aumentem a infiltração da água no	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de obras	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

				solo, como áreas permeáveis, calçadas verdes e telhados verdes, ou que promovam a captação e o armazenamento da água da chuva. • A norma deve ir além do que já é obrigatório por lei federal ou estadual. Assim, NÃO CONTAM coeficiente de aproveitamento ou outorga onerosa genérica (arts. 28 a 31 do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001). Atenção: essa questão é específica para práticas que aumentam a infiltração no solo e que evitam a sobrecarga do sistema cinza de drenagem. Normativas contemplando outras iniciativas de particulares, como adoção de materiais sustentáveis, não se enquadram aqui, mas são objeto de pergunta no eixo de planejamento urbano Exemplo que NÃO CONTA: lei que apenas determina que o Executivo "estabelecerá" o incentivo no futuro, sem regulamentação editada.						
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30448	Indique o artigo específico da lei que institui a medida.	Campo de comprovação e checagem: não compõe nota. Permite ao avaliador conferir o dado declarado contra o documento anexado na pergunta seguinte.	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30447 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30449	Anexe o ato normativo municipal (lei, decreto ou regulamento) que institui o incentivo indicado.	-	ANEXO	NÃO	(30447 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30450	O Município mantém um registro (planilha, sistema ou base de dados) das ações particulares de área permeável e reaproveitamento de água da chuva realizadas no Município?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve haver registro ou base de dados com as iniciativas particulares (pavimento drenante, captação/reuso de água de chuva, jardim de chuva etc.). • O registro deve indicar, no mínimo, local, data e tipo de ação. • O registro deve ser utilizado para acompanhar a concessão dos incentivos da pergunta anterior, quando houver.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30447 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30451	Anexe o registro ou mapeamento das ações particulares voltadas a áreas permeáveis e aproveitamento da água da chuva (incluindo anexos, se houver).	-	ANEXO	NÃO	(30450 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30452	O Município divulga publicamente, em meio oficial, os incentivos disponíveis para áreas permeáveis e reaproveitamento de água da chuva?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • A divulgação deve ocorrer em canal oficial (site da Prefeitura, edital, cartilha ou etapa do processo de licenciamento). • A divulgação deve alcançar tanto profissionais da construção civil quanto a população em geral. • Exemplo: página do IPTU Verde/Sustentável no site da Prefeitura, com regulamento, formulário de adesão e lista de critérios.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30447 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de obras	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30453	Informe o endereço eletrônico (link) de acesso aos incentivos disponíveis para áreas permeáveis e reaproveitamento de água da chuva.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30452 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30454	No ano de referência, o Município executou obra pública (nova ou de reforma) para aumentar a permeabilidade do solo em área pública, como piso drenante, jardim de chuva ou bacia de infiltração, ou possui norma técnica específica que exija essas soluções nas próximas obras públicas?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Execução no ano de referência: obra pública (nova ou reforma) em praça, calçada, estacionamento ou outro equipamento público, incorporando solução baseada na natureza (piso drenante, jardim de chuva, bacia de infiltração, cisterna de captação), com evidência de execução efetiva no ano de referência. • Norma técnica específica para obras futuras: manual de obras públicas, caderno de encargos, especificação técnica padrão ou lei municipal que exija a adoção dessas soluções sempre que o Município realizar nova obra ou reforma em área pública. Não conta uma cláusula genérica do Plano Diretor que apenas recomende "buscar soluções sustentáveis", sem instrumento técnico que obrigue ou defina critério concreto de aplicação. • Esta pergunta trata de soluções pontuais de infiltração/permeabilidade em área pública específica (piso drenante, jardim de chuva, bacia de infiltração). Obras de ampliação de capacidade do sistema como um todo (galerias, canais, reservatórios de detenção) são tratadas exclusivamente em questão específica, para evitar dupla contagem da mesma obra.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30455	Anexe o documento comprobatório correspondente à resposta anterior: (i) evidência de execução da obra pública com solução baseada na natureza no ano de referência (relatório, fotos, medição ou contrato) OU (ii) a norma técnica específica (manual de obras públicas, caderno de encargos, especificação técnica padrão ou lei municipal) que exige essas soluções nas próximas obras públicas.	-	ANEXO	NÃO	(30454 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30456	O Município possui histórico de alagamentos, inundações, enchentes e/ou enxurradas?	Esta questão é informativa e não influencia a nota. Selecione "sim" caso o Município possua histórico de alagamentos, inundações, enchentes e/ou enxurradas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30457	O Município possui mapeamento atualizado dos pontos críticos de alagamentos, inundações, enchentes e enxurradas?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve existir mapeamento atualizado identificando e caracterizando os pontos críticos de alagamentos, inundações, enchentes e/ou enxurradas • O mapeamento deve indicar localização, causas, frequência e extensão dos eventos registrados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30456 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30458	Anexe a documentação relativa ao mapeamento e caracterização dos pontos críticos de alagamentos, inundações, enchentes e/ou enxurradas	-	ANEXO	NÃO	(30457 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30459	No ano de referência, o Município executou ações voltadas à prevenção de alagamentos, inundações, enchentes e/ou enxurradas?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • No ano de referência, deve ter sido executada obra de ampliação de capacidade ou de contenção em escala de sistema: infraestrutura cinza (ampliação/substituição de galerias, tubulações, canais de concreto, estações de bombeamento) ou infraestrutura azul de grande porte (reservatório de detenção/piscinão, lago de amortecimento, parque linear de retenção ao longo de curso d'água). • Não conta para "SIM" nesta pergunta a mesma obra já contabilizada na questão referente a pavimento permeável, jardim de chuva ou bacia de infiltração, que são medidas de infiltração em pequena escala, tratadas exclusivamente naquela questão. • Deve haver evidência de execução no ano de referência (relatório, medição, contrato ou fotos).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30457 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q03. Drenagem e manejo de águas pluviais	IV10. Prevenção, mitigação e resposta a alagamentos	30460	O Município dispõe de indicadores ou estimativas técnicas que quantifiquem o impacto das ações realizadas, por exemplo, quanto elas aumentaram a retenção de água da chuva ou reduziram o risco de alagamentos, inundações, enchentes e/ou enxurradas?	• O Município adotou indicadores ou estimativas técnicas que quantifiquem o impacto das ações realizadas. Exemplos: percentual de aumento da retenção/infiltração; redução da vazão de pico; volume adicional armazenado (m³). • As ações podem se tratar de iniciativas novas ou da manutenção de infraestrutura já existente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30459 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de obras	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV11. Uso do solo, zoneamento e qualidade ambiental	30461	O Município dispõe de instrumento de planejamento de uso e ocupação do solo, instituído por ato normativo municipal, que compreenda coeficientes de construção, considerando questões ambientais?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve existir legislação municipal disciplinando o planejamento de uso e ocupação do solo, com coeficientes de construção definidos, regulamentada e em efetiva aplicação no ano de referência, em norma específica ou incorporada a outra normativa municipal como, por exemplo, o Plano Diretor. • A norma deve contemplar critérios de equilíbrio entre crescimento urbano e preservação ambiental; • Devem estar previstos mecanismos com limites diferenciados de adensamento que visem à proteção e preservação do meio ambiente (por exemplo: taxa de ocupação, coeficientes de construção, taxas mínimas de permeabilidade e/ou altura).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV11. Uso do solo, zoneamento e qualidade ambiental	30462	Anexe o ato normativo municipal que instituiu instrumento de planejamento de uso e ocupação do solo.	-	ANEXO	NÃO	(30461 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Planejamento urbano ambiental	IV11. Uso do solo, zoneamento e qualidade ambiental	30463	O Município possui normas que contenham mecanismos para a adoção de práticas sustentáveis por particulares em reformas e/ou novas construções, com o uso de materiais sustentáveis e/ou fontes de energia limpa?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve haver legislação municipal que institua incentivo a práticas sustentáveis em construções e reformas, regulamentada e em efetiva aplicação no ano de referência; • As normas devem contemplar incentivos para construções mais sustentáveis (ex.: tijolo ecológico, madeira de manejo, bambu, tintas ecológicas, telhas sustentáveis, telhados verdes) e/ou de energia mais limpa (painéis solares, led). • Não entram aqui incentivos à infiltração ou captação de água, avaliados no eixo de Drenagem; • Os incentivos podem incluir benefícios fiscais ou outros mecanismos de estímulo à adoção dessas práticas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV11. Uso do solo, zoneamento e qualidade ambiental	30464	Anexe o ato normativo municipal que institui mecanismos para a adoção de práticas sustentáveis por particulares em reformas e/ou novas construções.	-	ANEXO	NÃO	(30463 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV11. Uso do solo, zoneamento e qualidade ambiental	30465	O Município possui, em seu território, áreas ambientalmente sensíveis ou frágeis, tais como margens de rios, nascentes, encostas, unidades de conservação, áreas verdes protegidas, bosques, matas ciliares, áreas de vegetação nativa, áreas de risco, zonas costeiras, manguezais ou zonas sanitárias restritas?	Esta questão é informativa e não influenciará na nota obtida pelo Município. Selecione a opção "sim" caso o território municipal possua áreas sensíveis como margens de rios, nascentes, encostas, unidades de conservação, áreas verdes protegidas, bosques, matas ciliares, áreas de vegetação nativa, áreas de risco, zonas costeiras, manguezais e zonas sanitárias restritas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV11. Uso do solo, zoneamento e qualidade ambiental	30466	O Município adota zoneamento ambiental que estabeleça medidas de proteção para áreas ambientalmente sensíveis ou frágeis, como margens de rios, nascentes, encostas, unidades de conservação, áreas verdes protegidas, áreas de vegetação nativa, áreas de risco, zonas costeiras, manguezais ou zonas sanitárias restritas?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve haver legislação municipal vigente, regulamentada e em efetiva aplicação, que institua zoneamento ambiental de proteção às áreas sensíveis (Art. 4º, III, "c", da Lei nº 10.257/2001), em norma específica ou incorporada em outras normativas como o Plano Diretor. • As normas devem definir parâmetros de proteção para áreas sensíveis, como por exemplo: redução de taxa de ocupação, limitação de altura, coeficiente de aproveitamento reduzido, aumento da taxa de permeabilidade e recuos obrigatórios. • Deve abranger, conforme a realidade do Município, áreas como margens de rios, nascentes, unidades de conservação e áreas de risco, entre outras..	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30465 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV11. Uso do solo, zoneamento e qualidade ambiental	30467	Anexe o ato normativo municipal que instituiu o zoneamento ambiental.	-	ANEXO	NÃO	(30466 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Planejamento urbano ambiental	IV11. Uso do solo, zoneamento e qualidade ambiental	30468	No ano de referência, o Município adotou ações voltadas à prevenção e ao monitoramento de ocupações em áreas ambientalmente sensíveis ou frágeis, no âmbito de sua competência?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Devem ter sido realizadas ações de fiscalização em áreas ambientalmente sensíveis ou frágeis no ano de referência; • As ações podem incluir, por exemplo, vistorias técnicas, notificações, recebimento de denúncias, encaminhamento de denúncias ao órgão ambiental competente (quando descentralizado ou de competência estadual), planos de realocação e aplicação de medidas administrativas conforme a competência do Município; • O foco das ações deve ser a prevenção de ocupações irregulares em áreas de risco e de proteção ambiental.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30465 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV11. Uso do solo, zoneamento e qualidade ambiental	30469	Anexe documentação comprobatória das ações de fiscalização ambiental para evitar ocupações em áreas ambientalmente sensíveis, realizadas no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30468 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV11. Uso do solo, zoneamento e qualidade ambiental	30470	O Município dispõe de normativa que estabeleça diretrizes para a prevenção e o controle da poluição sonora?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve haver normativa municipal sobre poluição sonora, regulamentada e em efetiva aplicação no ano de referência; • A normativa deve contemplar, de forma expressa ou implícita: padrões ou níveis aceitáveis de ruído; identificação de fontes geradoras; proteção de áreas sensíveis ao ruído; e medidas de prevenção, controle e monitoramento; • Não são aceitas normas genéricas de proteção ambiental ou de perturbação do sossego que não estabeleçam instrumentos próprios de gestão da poluição sonora.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV11. Uso do solo, zoneamento e qualidade ambiental	30471	Anexe a normativa que fixa diretrizes relativas à poluição sonora.	-	ANEXO	NÃO	(30470 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV11. Uso do solo, zoneamento e qualidade ambiental	30472	No ano de referência, o Município monitorou indicadores de sustentabilidade urbana?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Devem estar definidos indicadores relacionados à sustentabilidade urbana, como, por exemplo, indicadores da NBR ISO 37.123 (resiliência urbana), indicadores do ODS 11 (cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis) e/ou indicadores previstos no Plano Plurianual (PPA); • Os indicadores devem ser definidos ou selecionados de acordo com as características e prioridades do Município, adaptados à realidade local; • Os indicadores devem ser monitorados, no mínimo, uma vez por ano, mediante registro dos resultados ou da evolução dos indicadores ao longo do período.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Planejamento urbano ambiental	IV11. Uso do solo, zoneamento e qualidade ambiental	30473	Anexe a documentação comprobatória do monitoramento de indicadores de sustentabilidade urbana no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30472 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV12. Plano Diretor e mobilidade urbana	30474	O Município possui Plano Diretor Municipal (PDM) elaborado ou atualizado nos últimos 10 anos?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • O Município deve possuir PDM em vigor, elaborado conforme o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001); • O PDM deve conter, no mínimo, o conteúdo previsto no art. 42 da Lei nº 10.257/2001; • O PDM deve estar atualizado nos últimos 10 anos, conforme art. 40 do Estatuto da Cidade; • Caso o Município não se enquadre nas hipóteses do art. 41 da citada lei para a obrigatoriedade de PDM e não disponha do documento, é possível marcar a opção "não se aplica".	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV12. Plano Diretor e mobilidade urbana	30475	Anexe o ato normativo municipal que instituiu o Plano Diretor Municipal (PDM), incluindo anexos, se houver.	-	ANEXO	NÃO	(30474 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV12. Plano Diretor e mobilidade urbana	30476	O Município possui responsável, comissão ou órgão formalmente designado para acompanhar a implementação do Plano Diretor Municipal e de suas leis suplementares?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve existir responsável, comissão ou órgão formalmente designado para acompanhar a implementação do PDM; • A designação deve estar vigente no ano de referência; • A atuação deve abranger o monitoramento do PDM e das leis urbanísticas suplementares.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30474 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV12. Plano Diretor e mobilidade urbana	30477	Anexe o ato normativo municipal que instituiu responsável, comissão ou órgão formalmente designados para acompanhar a implementação do Plano Diretor Municipal e de suas leis suplementares.	-	ANEXO	NÃO	(30476 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV12. Plano Diretor e mobilidade urbana	30478	O Município possui Plano de Mobilidade Urbana, contendo diagnóstico atualizado do sistema de mobilidade urbana em seu território, elaborado ou atualizado nos termos da legislação aplicável?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • O Plano de Mobilidade Urbana deve conter diagnóstico atualizado do sistema de mobilidade urbana do Município, abrangendo transporte, infraestrutura viária/ciclovária, acessibilidade e integração entre os modos (art. 24, caput, da Lei nº 12.587/2012); • O Plano deve estar integrado ao Plano Diretor (art. 24, §1º-A) e prever revisão em prazo não superior a 10 anos (art. 24, XI). A opção "Não se aplica" é exclusiva dos Municípios não obrigados pelo art. 24, §1º, da Lei nº 12.587/2012.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Planejamento urbano ambiental	IV12. Plano Diretor e mobilidade urbana	30479	Anexe o Plano de Mobilidade Urbana ou diagnóstico técnico equivalente, atualizado no ano de referência, utilizado pelo Município para subsidiar o planejamento da mobilidade urbana (incluindo anexos, se houver).	-	ANEXO	NÃO	(30478 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV12. Plano Diretor e mobilidade urbana	30480	No ano de referência, o Município realizou ações de mobilidade urbana voltadas à redução de gases de efeito estufa?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • No ano de referência, devem ter sido implementadas ações de mobilidade com foco em redução de emissões; • São exemplos de ações a implantação de ciclovias/ciclofaixas, incentivo ao transporte público, uso de veículos elétricos para transporte público, campanhas para reduzir o uso de automóveis e programas de mobilidade ativa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV12. Plano Diretor e mobilidade urbana	30481	Anexe documentação comprobatória das ações de mobilidade urbana voltadas à redução de gases de efeito estufa realizadas no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30480 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV12. Plano Diretor e mobilidade urbana	30482	No ano de referência, o Município realizou monitoramento e adotou medidas para o controle da emissão de poluentes atmosféricos provenientes da frota municipal?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve existir procedimento de verificação das emissões da frota municipal; • Serão aceitos medição da densidade colorimétrica da Escala Ringelmann ou outras formas de medição; • Deve haver registro das verificações efetuadas no ano de referência; • Quando identificadas irregularidades, devem existir registros das providências adotadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV12. Plano Diretor e mobilidade urbana	30483	Anexe documento que informe o método utilizado pelo Município para monitorar e verificar as emissões de poluentes atmosféricos da frota municipal no ano de referência, indicando, quando aplicável, o equipamento ou procedimento utilizado, bem como as providências adotadas em caso de identificação de irregularidades.	-	ANEXO	NÃO	(30482 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV13. Gestão urbana de áreas de risco	30484	O Município possui população e/ou infraestrutura localizada em áreas sujeitas a risco de desastres?	Esta questão é informativa e não influenciará na nota obtida pelo Município. Selecione a opção "sim" caso o Município possua população e/ou infraestrutura localizada em áreas sujeitas a riscos de desastres, como, por exemplo, áreas sujeitas a enchentes, enxurradas, inundações, deslizamentos ou outros eventos adversos. Considere também situações em que o evento tenha ocorrido em ano anterior, mas seus impactos tenham permanecido ou produzido efeitos no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Planejamento urbano ambiental	IV13. Gestão urbana de áreas de risco	30485	O Município está registrado no Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos?	Esta questão é informativa e não influenciará na nota obtida pelo Município. Selecione a opção "sim" caso o Município esteja registrado no Cadastro Nacional de Municípios com Áreas Suscetíveis à Ocorrência de Deslizamentos de Grande Impacto, Inundações Bruscas ou Processos Geológicos ou Hidrológicos Correlatos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(30484 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV13. Gestão urbana de áreas de risco	30486	O Município possui mapeamento atualizado das áreas sujeitas a risco de desastres?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve haver mapeamento técnico das áreas sujeitas a risco de desastres, elaborado ou atualizado nos últimos 5 anos, contendo: a) A identificação das áreas mais suscetíveis aos principais eventos que ocorrem no território municipal, conforme a realidade local, como, por exemplo, enxurradas, inundações, alagamentos, deslizamento, processos erosivos (ravinas, voçorocas e erosão na margem de rios) b) A identificação dos elementos expostos e potencialmente afetados nas áreas de risco, como população, edificações, infraestrutura e serviços essenciais; • Considerar a carta geotécnica de aptidão à urbanização, quando existente;	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30484 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV13. Gestão urbana de áreas de risco	30487	Anexe a documentação completa relativa ao mapeamento de áreas de risco e/ou atenção (incluindo anexos, se houver).	-	ANEXO	NÃO	(30486 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV13. Gestão urbana de áreas de risco	30488	O Plano Diretor Municipal (PDM) contempla os elementos obrigatórios do art. 42-A da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), aplicáveis aos Municípios cadastrados com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • O PDM deve conter os elementos previstos no art. 42-A do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), contemplando, em suma: a) Regras de parcelamento, uso e ocupação do solo que garantam diversidade de atividades e ajudem a gerar emprego e renda; b) Mapeamento das áreas que correm risco de deslizamentos, enchentes e outros problemas geológicos ou hidrológicos; c) Planejamento de ações para prevenir desastres e, se necessário, realocar moradores de áreas de risco; d) Definição de medidas de drenagem urbana para evitar ou reduzir os impactos de enchentes e outros desastres; e) Estabelecimento de diretrizes para regularizar assentamentos irregulares e reservar áreas para habitação de interesse social; f) Definição de regras para preservar e usar adequadamente as áreas verdes, ajudando a diminuir a impermeabilização da cidade.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30485 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV13. Gestão urbana de áreas de risco	30489	O Município dispõe de mapeamento/levantamento geológico e/ou Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização elaborado ou atualizado nos últimos 4 anos?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Em decorrência da Lei nº 12.608/2012 (PNPDEC), deve existir carta geotécnica ou documento equivalente, elaborado por profissional habilitado; • O documento deve indicar a aptidão do solo para urbanização, identificando áreas aptas, inaptas ou com restrições; • A carta e/ou documento deve ter sido elaborada ou atualizada nos últimos 4 anos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30485 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q04. Planejamento urbano ambiental	IV13. Gestão urbana de áreas de risco	30490	Anexe a documentação completa relativa ao mapeamento/levantamento geológico e/ou Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização atualizado (incluindo anexos, se houver).	-	ANEXO	NÃO	(30489 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV13. Gestão urbana de áreas de risco	30491	O Município possui população residente em áreas sujeitas a risco de desastres?	Esta questão é informativa e não influenciará na nota obtida pelo Município. Selecione a opção "sim" caso o Município possua população residente ou população potencialmente afetada em áreas sujeitas a riscos de desastres, como, por exemplo, áreas sujeitas a enchentes, enxurradas, inundações, deslizamentos ou outros eventos adversos. Considere também situações em que o evento tenha ocorrido em ano anterior, mas seus impactos tenham permanecido ou produzido efeitos no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	(30484 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV13. Gestão urbana de áreas de risco	30492	O Município possui cadastro das famílias residentes nas áreas sujeitas a risco de desastres?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve haver cadastro formal das famílias que residem em áreas sujeitas a riscos de desastres; • O cadastro deve estar atualizado e conter informações socioeconômicas e localização das famílias.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30491 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV13. Gestão urbana de áreas de risco	30493	Anexe a documentação completa relativa ao cadastro de famílias em áreas sujeitas a risco de desastres (incluindo anexos, se houver).	-	ANEXO	NÃO	(30492 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV13. Gestão urbana de áreas de risco	30494	O Município possui plano para realocação das pessoas instaladas em áreas sujeitas a risco de desastres?	Para a resposta ser positiva ("SIM"), devem ser preenchidos os seguintes requisitos: • Deve existir plano formal para realocação de moradores em áreas sujeitas a risco de desastres; • O plano deve prever alternativas de reassentamento como: imóveis públicos, programas habitacionais, novos loteamentos, áreas urbanizadas com infraestrutura ou incentivos financeiros para mudança voluntária; • O plano deve estar vigente no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30491 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q04. Planejamento urbano ambiental	IV13. Gestão urbana de áreas de risco	30495	Anexe a documentação completa relativa ao plano de realocação de famílias em áreas sujeitas a risco de desastres (incluindo anexos, se houver).	-	ANEXO	NÃO	(30494 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de planejamento	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV14. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	30496	O Município disponibiliza em seu site oficial os Planos Regional e/ou Municipal (caso existente) de Saneamento Básico, incluindo suas revisões e atualizações?	• O Plano Regional de Saneamento Básico e/ou Municipal deve estar disponível para consulta pública no site oficial do Município ou no portal da transparência, incluindo suas revisões e atualizações. • As versões disponibilizadas devem ser as mais recentes e conter os anexos que integram o plano. • Exemplo: aba própria ("Saneamento" ou "Planos Municipais") no Portal da Transparência ou no site	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

				institucional, contendo obrigatoriamente o PDF do Plano Regional de Saneamento Básico (PRSB) da microrregião a que o Município pertence (Centro-Litoral, Centro-Leste ou Oeste) e, adicionalmente, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), quando este existir.						
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV14. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	30497	Informe o endereço eletrônico (link) de acesso à página do site oficial do Município em que estão disponibilizados o Plano Regional de Saneamento Básico e o Plano Municipal de Saneamento Básico (este último, caso existente).	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30496 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV14. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	30498	O Município possui servidor(es) formalmente designados para a atividade de monitoramento dos Planos Regional e/ou Municipal de Saneamento Básico?	Deve haver servidor(es) formalmente designado(s) para acompanhar e monitorar a execução do Plano Regional de Saneamento Básico. • Caso o Município disponha de Plano Municipal de Saneamento Básico, o(s) mesmo(s) servidor(es) ou outros designados devem também monitorar sua execução. • A designação deve constar em ato administrativo (portaria, decreto, resolução ou documento equivalente) e estar vigente no ano de referência. • Exemplo: portaria nominal (ex.: "Portaria nº XX/202X, que designa servidor(a) para acompanhamento do PMSB/PRSB").	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV14. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	30499	Anexe o ato municipal de designação do(s) servidor(es) para monitoramento dos Planos Regional e/ou Municipal de Saneamento Básico.	-	ANEXO	NÃO	(30498 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV14. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	30500	No ano de referência, o Município realizou e documentou o monitoramento dos Planos Regional e/ou Municipal de Saneamento Básico de modo a avaliar as ações programadas, incluindo a aferição do alcance de suas metas de curto, médio e longo prazo?	• No ano de referência, deve ter sido realizado e documentado o monitoramento do Plano Regional e/ou Municipal de Saneamento Básico. • O monitoramento deve conter informações sobre a execução das ações previstas, o andamento das metas e os resultados obtidos, incluindo a meta de redução das perdas de água. • Exemplo: relatório anual de acompanhamento das metas do PMSB/PRSB, com indicadores de cobertura de água e esgoto e índice de perdas na distribuição, quadro comparativo "meta x realizado" e recomendações de ajuste; pode integrar o relatório de gestão da Secretaria responsável. • Evidências: relatório de monitoramento datado e assinado; atas de reunião de avaliação. Os dados lançados no SINISA podem subsidiar o relatório	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV14. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	30501	Anexe o relatório de monitoramento dos Planos Regional e/ou Municipal de Saneamento Básico.	-	ANEXO	NÃO	(30500 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV14. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	30502	No ano de referência, o representante do Município participou das atividades ou assembleias junto ao Colegiado Microrregional de Saneamento (assembleias ordinárias e/ou extraordinárias ou outras formas de participação)?	- No ano de referência, o representante do Município deve ter participado das assembleias ou atividades do Colegiado Microrregional de Saneamento. - A participação deve constar em atas, listas de presença ou relatórios emitidos pela entidade microrregional. - Exemplo: participação do Prefeito ou de servidor formalmente indicado nas Assembleias Gerais Ordinárias/Extraordinárias da respectiva MRAE (ex.: Assembleia Geral da MRAE-1/Centro-Litoral, da MRAE-2/Centro-Leste ou da MRAE-3/Oeste). - Fonte de consulta: Secretaria das Cidades do Paraná (secid.pr.gov.br): pautas, atas e calendário anual das assembleias microrregionais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV14. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	30503	Anexe os documentos comprobatórios da participação, como lista de presença e atas.	-	ANEXO	NÃO	(30502 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV14. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	30504	O Município debateu/apresentou as conclusões do monitoramento realizado no ano de referência junto ao Colegiado Microrregional de Saneamento?	- As conclusões do monitoramento do Plano Regional e/ou Municipal de Saneamento Básico devem ter sido apresentadas e debatidas junto ao Colegiado Microrregional de Saneamento. - Essas discussões devem estar registradas em atas, relatórios ou outros documentos formais. - Exemplo: item de pauta específico na Assembleia Geral da MRAE. Admite-se, também, que a apresentação e o debate ocorram por meio de comunicações (ofícios, e-mails institucionais, reuniões técnicas), desde que o teor verse expressamente sobre as conclusões do monitoramento do Plano no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((30498 == "SIM") and (30500 == "SIM"))	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV14. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	30505	Anexe a documentação comprobatória da apresentação das conclusões do monitoramento junto ao Colegiado Microrregional de Saneamento.	-	ANEXO	NÃO	(30504 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV14. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	30506	O Município atingiu a meta de universalização de abastecimento de água (atendimento e cobertura de 99% da população com água potável)?	- A cobertura de água potável deve atingir 99% da população urbana no ano de referência, com base em dados técnicos ou administrativos atualizados. - Exemplo: nº de economias residenciais ativas com ligação de água + total de domicílios urbanos. - Fonte de consulta: SINISA. - Evidências admissíveis: relatório do prestador (concessionária ou serviço autônomo municipal); extrato do SINISA (ano de referência ou anterior). - Se a informação não for obtida junto ao prestador e/ou estiver indisponível para o ano de referência, admite-se que a resposta seja efetuada com base no dado do ano imediatamente anterior. As evidências deverão demonstrar a solicitação formalmente realizada.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV14. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	30507	O relatório de monitoramento das metas do Plano Regional e/ou Municipal de Saneamento Básico emitido no ano de referência apresenta informações atualizadas sobre o progresso da meta de expansão do serviço de abastecimento de água?	• O PRSB/PMSB deve prever meta de expansão do abastecimento de água, com indicadores mensuráveis e prazos, e o relatório do ano de referência deve demonstrar seu andamento. • Exemplo: quadro "meta x realizado" de cobertura de água. • Fonte de consulta: SINISA. • Evidências admissíveis: relatório de monitoramento do exercício; extrato SINISA (ano de referência ou anterior). • Se o relatório depender de dado solicitado ao prestador, admite-se o relatório do ano anterior, desde que comprovada a realização da solicitação formal. • Obs.: marcar "não" caso não tenha havido monitoramento no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30506 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV14. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	30508	O Município atingiu a meta de universalização de esgoto (90% de cobertura e atendimento da população com rede coletora de esgoto)?	• A cobertura de esgoto deve atingir 90% da população urbana no ano de referência, com base em dados técnicos ou administrativos atualizados. • Exemplo: nº de economias ligadas à rede + total de domicílios urbanos. • Fonte de consulta: SINISA. • Evidências admissíveis: relatório do prestador (concessionária ou serviço autônomo municipal); extrato do SINISA (ano de referência ou anterior). • Se a informação não for obtida junto ao prestador e/ou estiver indisponível para o ano de referência, admite-se que a resposta seja efetuada com base no dado do ano imediatamente anterior. As evidências deverão demonstrar a solicitação formalmente realizada.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV14. Planejamento e governança do serviço de saneamento básico	30509	O relatório de monitoramento das metas do Plano Regional e/ou Municipal de Saneamento Básico emitido no ano de referência apresenta informações atualizadas sobre o progresso da meta de expansão dos serviços de coleta e tratamento de esgoto?	• O PRSB/PMSB deve prever meta de expansão da coleta/tratamento de esgoto (até 2033, Lei nº 11.445/2007 e Lei nº 14.026/2020), com indicadores mensuráveis e prazos, e o relatório do ano de referência deve demonstrar seu andamento. • Exemplo: quadro "meta x realizado" do PMSB/PRSB. • Fonte de consulta: SINISA. • Evidências admissíveis: relatório de monitoramento do exercício; extrato SINISA (ano de referência ou anterior). • Se o relatório depender de dado solicitado ao prestador, admite-se o relatório do ano anterior, desde que comprovada a realização da solicitação formal. • Obs.: marcar "não" caso não tenha havido monitoramento no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30508 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV15. Resiliência operacional do Saneamento Básico	30510	O Município possui um cadastro das unidades de tratamento individuais de esgoto (por exemplo: fossas sépticas, filtros anaeróbios, sumidouros)?	• Deve existir cadastro municipal das unidades individuais de tratamento de esgoto (fossas sépticas, biodigestores, filtros anaeróbios, sumidouros ou equivalentes). • O cadastro deve conter, no mínimo, identificação da localização, tipo de sistema e responsável pela unidade. • O cadastro pode ser alimentado tanto por ocasião da vistoria de habite-se quanto por ocasião de ações de fiscalização, e estar atualizado no ano de referência. • Exemplo: campo específico no cadastro imobiliário/IPTU indicando "tipo de esgotamento sanitário: rede coletiva / fossa séptica / fossa rudimentar"; cadastro complementar mantido pela Vigilância Sanitária Municipal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30508 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV15. Resiliência operacional do Saneamento Básico	30511	O Município possui lei e/ou programa específico voltado às soluções individuais de tratamento de esgoto (ex.: fossas sépticas, filtros anaeróbios, sumidouros ou similares)?	• Deve existir lei, decreto ou programa municipal vigente que trate da implantação e/ou da limpeza periódica das fossas sépticas. • Exemplo: programas e/ou leis que, dentre outras tratativas, auxiliem e incentivem famílias em situação de vulnerabilidade social e/ou baixa renda à instalação adequada dos sistemas individuais de tratamento	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30508 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV15. Resiliência operacional do Saneamento Básico	30512	No ano de referência, o Município realizou ações para verificar o funcionamento das unidades de tratamento individuais de esgoto (fossas sépticas, filtros anaeróbios, sumidouros, etc.), incluindo a periodicidade da limpeza e a destinação dos resíduos?	• No ano de referência, devem ter sido realizadas ações de verificação de funcionamento das unidades individuais de tratamento de esgoto. • As ações devem verificar a operação, a periodicidade da limpeza e a destinação adequada dos resíduos coletados e podem ser referentes à execução de programas instituídos. • As atividades devem estar documentadas (relatórios, registros de vistoria ou notificações).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30508 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV15. Resiliência operacional do Saneamento Básico	30513	O Município disponibiliza em seu site oficial informações sobre características da potabilidade da água em formato compreensível aos usuários?	• Devem estar publicadas, no site oficial do Município, informações atualizadas sobre a potabilidade da água fornecida. • As informações devem incluir parâmetros básicos de qualidade (cor, turbidez, cloro, flúoreto, coliformes, entre outros) e ser apresentadas em linguagem acessível à população. • Exemplo: boletim periódico (mensal ou trimestral) com os parâmetros de potabilidade em linguagem acessível (ex.: "sua água está segura para consumo"), disponibilizado pela concessionária (Sanepar) ou pela Vigilância Sanitária Municipal e divulgado no site oficial do Município.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV15. Resiliência operacional do Saneamento Básico	30514	Informe o endereço eletrônico (link) de acesso à página do site oficial do Município em que estão disponibilizadas informações sobre a potabilidade da água.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30513 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV15. Resiliência operacional do Saneamento Básico	30515	O Município dispõe de procedimentos formalmente definidos (protocolo, procedimento operacional padrão ou outro instrumento) para as situações em que a intermitência no fornecimento de água não estiver adequada às metas de desempenho previstas no contrato ou no plano?	• O parâmetro de referência é a meta de continuidade/não intermitência prevista no Plano Regional e/ou Municipal de Saneamento Básico, no contrato ou no regulamento da entidade reguladora. • Devem existir procedimentos formalizados que descrevam as ações a serem adotadas em caso de intermitência no abastecimento de água. Nos casos em que a prestação do serviço seja realizada por concessionária ou outra entidade delegatária, os procedimentos deverão indicar expressamente as medidas a serem adotadas pelo Município junto à prestadora para o registro da ocorrência, o acionamento dos responsáveis, o acompanhamento da solução e a comunicação à população afetada. • O protocolo deve indicar os responsáveis, as etapas de resposta, os prazos e as formas de comunicação com a população.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV15. Resiliência operacional do Saneamento Básico	30516	Anexe o documento que define os procedimentos para as situações de intermitência no fornecimento de água incompatível com as metas de desempenho.	-	ANEXO	NÃO	(30515 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV15. Resiliência operacional do Saneamento Básico	30517	O sistema de abastecimento do Município possui mecanismos para detecção de vazamentos e perdas de água?	• O sistema de abastecimento deve dispor de instrumentos/tecnologias para identificar vazamentos e perdas, operacionais no ano de referência, independentemente da modalidade de prestação (direta, autárquica ou delegada a concessionária). • Exemplo: macro medidores, telemetria/SCADA, pitometria, geofones. • Fonte de consulta: SINISA; portal da concessionária; relatórios da AGEPAR.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV15. Resiliência operacional do Saneamento Básico	30518	No ano de referência, o Município verificou a execução, em seu território, das ações de controle e redução de perdas de água previstas no Plano Regional e/ou Municipal de Saneamento Básico ou no contrato de prestação?	• O Município deve identificar as ações de controle e redução de perdas previstas para seu território; • Exemplos de Evidências admissíveis: relatório do prestador com as ações executadas no Município (setores implantados, extensão de rede substituída, hidrômetros trocados, vazamentos reparados); ofício de solicitação de informações das ações efetuadas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV15. Resiliência operacional do Saneamento Básico	30519	Anexe a documentação que comprove a verificação da execução das ações de controle e redução de perdas no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30518 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV15. Resiliência operacional do Saneamento Básico	30520	O Município dispõe de protocolo de atuação ou outro instrumento formal que compreenda fluxos para orientar as ações em caso de emergências e contingências que afetem a infraestrutura de saneamento?	O instrumento deve estar formalmente instituído e vigente no ano de referência e contemplar, no mínimo: a) definição dos órgãos, entidades e agentes responsáveis pela atuação em situações de emergência ou contingência relacionadas aos serviços de saneamento; b) estabelecimento dos fluxos de comunicação interna entre os órgãos municipais envolvidos (por exemplo: Defesa Civil, Saúde, Meio Ambiente, Assistência Social, Obras e Gabinete); c) definição dos fluxos de comunicação com o prestador dos serviços de saneamento, quando os serviços forem executados por entidade distinta da administração municipal; d) previsão dos procedimentos para registro, notificação e acompanhamento das ocorrências que possam comprometer a continuidade ou a qualidade dos serviços; e) definição de medidas para comunicação e orientação da população potencialmente afetada; f) previsão de mecanismos de articulação institucional para atuação conjunta do Município e do prestador dos serviços de saneamento, quando aplicável; g) contemplação de ao menos uma das seguintes situações: - interrupção ou comprometimento do abastecimento de água; - contaminação ou suspeita de contaminação da água destinada ao consumo humano; - falhas operacionais relevantes em sistemas de esgotamento sanitário; - enchentes, enxurradas, alagamentos ou - deslizamentos com impacto sobre a prestação dos serviços de saneamento; outras emergências que possam comprometer a infraestrutura ou a continuidade dos serviços. • Exemplo: nos municípios com serviço delegado, o protocolo deve prever expressamente os fluxos de comunicação entre a Defesa Civil Municipal e o prestador articulação já exigida pela própria alínea "c" do requisito original.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV15. Resiliência operacional do Saneamento Básico	30521	O Município dispõe de protocolo de atuação que compreenda regras, medidas de contingenciamento para orientar as ações em caso de estiagem?	• Deve existir protocolo ou manual formalizado que detalhe as regras e procedimentos para atuação em caso de estiagem. O protocolo deve conter critérios de caracterização (ex. níveis de reservatórios, índices pluviométricos), que podem ser os definidos pelo prestador, classificação da severidade (atenção, alerta, emergência) e a forma de atuação quando caracterizada cada qual. • O protocolo deve estar articulado com o Plano Municipal/Regional de Saneamento Básico e com o Plano de Contingência de Defesa Civil. • O documento deve descrever as ações de resposta e os responsáveis para a implementação. Exemplo de ações: rodízio no abastecimento, uso de fontes alternativas, abastecimento por caminhões-pipa, restrição de usos não essenciais, escalonamento de níveis de alerta conforme percentual de volume dos reservatórios (ex.: acima de 70%, normalidade; entre 40% e 70%, atenção; abaixo de 40%, emergência).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q05. Abastecimento de água e esgoto	IV15. Resiliência operacional do Saneamento Básico	30522	Anexe o protocolo de atuação para ações em caso de estiagem	-	ANEXO	NÃO	(30521 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30523	O Município possui Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, elaborado ou atualizado nos últimos 10 anos, compreendendo o conteúdo mínimo previsto na Lei nº 12.305/2010?	• O Município deve possuir Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos elaborado ou atualizado/implantado nos últimos 10 anos. • O plano deve atender ao conteúdo mínimo exigido no art. 19 da Lei nº 12.305/2010 (diagnóstico, metas, programas, responsabilidades, formas de financiamento etc.). • A questão também será considerada atendida se: – o Município tiver elaborado/atualizado plano de saneamento básico que contenha capítulo de resíduos sólidos completo (art. 19, Lei nº 12.305/2010); – o Município tiver menos de 20.000 habitantes e plano simplificado nos termos do art. 19, §2º da Lei nº 12.305/2010 e não se enquadre nas disposições do § 3º do mesmo dispositivo.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30524	Anexe o Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos mais recente (incluindo anexos, se houver).	-	ANEXO	NÃO	(30523 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30525	O Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foi revisado nos últimos 4 anos?	• Caso o plano tenha sido elaborado ou atualizado nos últimos 4 anos, a resposta será positiva. • O Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve ter sido revisado nos últimos 4 anos de forma a considerar a compatibilidade orçamentária financeira com o PPA. Também devem ser revisados as metas, os indicadores e os prazos do Plano.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30523 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30526	Anexe o ato de Revisão do Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	• Caso o PMGIRS tenha sido elaborado ou atualizado nos últimos 4 anos, basta reanexar o próprio plano.	ANEXO	NÃO	(30525 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30527	O Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foi instituído por ato normativo?	• O Plano deve ter sido formalizado por ato normativo próprio (decreto ou lei municipal/intermunicipal) que o institua expressamente, publicado em veículo oficial de publicidade dos atos do Poder Executivo (Diário Oficial do Município, do Consórcio ou similar); • Em soluções consorciadas intermunicipais, admite-se o ato normativo do consórcio público (protocolo de intenções ratificado ou instrumento equivalente) que institua o plano intermunicipal;	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30523 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30528	Anexe o ato normativo municipal que institui o Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos mais recente (incluindo anexos, se houver).	-	ANEXO	NÃO	(30527 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30529	O processo de elaboração ou atualização do Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos contou com mecanismos de participação e controle social, como audiências ou consultas públicas?	O Município deve ter realizado pelo menos um mecanismo de participação e controle social durante a elaboração, revisão ou atualização do Plano, como audiência ou consulta pública.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30523 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30530	Anexe o documento comprobatório das ações de mecanismo de participação e controle social durante a elaboração, revisão ou atualização do Plano.	Os documentos podem ser registros da divulgação, atas, listas de presença, relatórios de contribuições ou outros documentos que comprovem a participação da sociedade no processo.	ANEXO	NÃO	(30529 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30531	O processo de elaboração, revisão ou atualização do Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos contou com a participação de uma equipe multidisciplinar?	A equipe deve ser composta por profissionais de diferentes áreas relacionadas à gestão de resíduos sólidos, como meio ambiente, engenharia, planejamento, saúde, área jurídica, social e econômico-financeira.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30523 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30532	O Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, ao fixar metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem para diminuir a quantidade de rejeitos, detalhou indicadores?	• O Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve conter metas claras referentes a: redução da geração, reutilização, coleta seletiva e reciclagem; • As metas devem estar expressas de forma verificável (indicadores e prazos). • Não será considerado atendido o plano que apresente apenas metas descritivas/genéricas (ex.: "aumentar a reciclagem no município"), sem parâmetro numérico ou temporal que permita verificar seu cumprimento;	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30523 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30533	O Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos detalha, de forma concreta, programas e ações voltados à participação dos grupos interessados, com destaque para cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis?	• O Plano deve conter programa(s) ou ação(ões) específicos, e não apenas menção genérica • Não será considerada atendida a menção que apenas reproduza o texto legal sem detalhar como a participação dos catadores será viabilizada na prática; • Podem caracterizar programas e ações voltados à capacitação, apoio à formalização, fortalecimento institucional, apoio estrutural; • Esta pergunta avalia o desenho do programa dentro do PMGIRS; a execução efetiva (se a coleta seletiva de fato prioriza as cooperativas na prática) é verificada separadamente no eixo de Operação e Execução; as duas perguntas são complementares, não redundantes;	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30523 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30534	O Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos fixou metas de valorização da fração orgânica (ex.: compostagem e biogás)?	O Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve conter soluções de valorização da fração orgânica, considerando o diagnóstico (mapeamento da geração, ex.: feiras, restaurantes, escolas etc.), a definição de metas (Percentual de resíduos orgânicos a serem desviados do aterro) e fixação de prazos. A valorização da fração orgânica compreende iniciativas para o destino útil à fração orgânica como compostagem doméstica, comunitária ou industrial; biodigestão com produção de biogás, entre outras.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30523 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30535	O estudo gravimétrico dos resíduos sólidos urbanos abrangeu todo o território municipal ou, quando restrito a parte dos bairros, utilizou amostras diversificadas o suficiente para representar a realidade do Município, com metodologia documentada?	• O estudo deve utilizar metodologia que assegure a representação das diferentes áreas do Município; • Quando o estudo for realizado por amostragem, esta deve abranger áreas do Município com perfis distintos (ex.: diferentes faixas de renda, uso residencial, comercial), de modo a captar a diversidade da composição dos resíduos no território; • Quando o volume de resíduos gerados no Município for reduzido a ponto de tornar a amostragem dispensável e a análise for da totalidade dos resíduos coletados deve compreender as diferentes áreas do território municipal, e não apenas um ponto ou rota isolada de coleta; • O estudo deve indicar, ainda que de forma sucinta, como a representatividade territorial foi assegurada (critério de seleção das áreas amostradas ou justificativa para a análise da totalidade dos resíduos).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30523 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30536	O Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos está disponibilizado no site oficial do Município?	• O Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve estar publicado na íntegra em site oficial ou portal da transparência do Município; • O documento deve ser de fácil acesso público.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30523 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30537	Informe o endereço eletrônico (link) de acesso à documentação completa do Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30536 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30538	O Município definiu entidade reguladora estadual ou municipal responsável pela regulação dos serviços de resíduos sólidos?	• Deve haver ato que designe a entidade reguladora dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, em conformidade com a Lei nº 14.026/2020 (Novo Marco do Saneamento). • A entidade reguladora pode ser: – Agência reguladora estadual (quando o Município aderir à regulação estadual); – Agência ou órgão municipal de regulação criado pelo próprio Município; – Entidade intermunicipal ou consórcio público com competência regulatória compartilhada. • O ato de designação deve explicitar, no mínimo: – a identificação da entidade reguladora; – suas atribuições de regulação e fiscalização da prestação dos serviços (ex.: aprovação de planos, revisão tarifária, monitoramento da qualidade, fiscalização de contratos); – a forma de articulação entre o regulador e o prestador do serviço (seja público, privado ou consorciado). • A entidade reguladora designada deve ser independente em relação ao prestador dos serviços, garantindo imparcialidade. • A definição deve estar vigente e aplicável no ano de referência, com evidências documentais (publicação oficial).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30539	Anexe o ato municipal que definiu a entidade reguladora.	-	ANEXO	NÃO	(30538 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30540	O Município optou por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão de resíduos sólidos?	Esta questão é informativa e não influenciará na nota obtida pelo Município. Selecione a opção "sim" caso a gestão dos resíduos sólidos no âmbito municipal ocorra por meio de consórcios.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30541	O Município possui áreas degradadas por disposição inadequada de resíduos ou rejeitos que necessitam de recuperação ambiental?	Esta questão é informativa e não influenciará na nota obtida pelo Município. Selecione a opção "sim" caso o Município possua áreas degradadas por disposição inadequada de resíduos ou rejeitos (lixões ou aterros controlados) que necessitam de recuperação ambiental.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30542	O Município possui plano de encerramento de áreas de disposição inadequada, incluindo atividades de recuperação ambiental?	• O Município deve dispor de plano de encerramento de lixões ou áreas de disposição inadequada; • O plano deve incluir metas e ações de recuperação ambiental (revegetação, por exemplo).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30541 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30543	Anexe o ato normativo municipal que institui o termo de encerramento e o plano de recuperação da área.	-	ANEXO	NÃO	(30542 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30544	O Município possui aterro sanitário licenciado?	Atenção! Esta questão NÃO vale nota, é apenas informativa.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	NÃO	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV16. Planejamento e normativas para gestão dos resíduos sólidos	30545	O Município implementou unidade de transbordo para os resíduos sólidos urbanos, ou possui avaliação técnica que demonstre sua não aplicabilidade em razão da distância até a destinação final?	• Considera-se atendido quando o Município possuir unidade de transbordo em operação; ou quando dispuser de avaliação técnica, ainda que sucinta, que demonstre que a distância até o local de destinação final não justifica a implantação da estrutura; • A avaliação técnica pode estar contida no diagnóstico do Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, ou em documento técnico próprio; • Não será considerada atendida a ausência de unidade de transbordo sem avaliação técnica que a justifique.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30544 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30546	O Município destina os rejeitos a aterro sanitário licenciado?	O Município deve promover a destinação final dos rejeitos para aterro sanitário devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30547	O Município dispõe de serviço de coleta seletiva urbana (resíduos recicláveis)?	Considera-se atendido quando existir coleta seletiva organizada, com rotina definida (dias, horários ou pontos fixos regulares) na zona urbana; Não será considerado atendido o Município que apenas disponibilize lixeiras, contêineres ou pontos de descarte de recicláveis pela cidade, sem rotina de coleta organizada por trás. A mera existência de equipamento urbano não caracteriza serviço de coleta seletiva.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30548	A coleta seletiva atinge todos os bairros da cidade?	Considera-se atendido quando a coleta seletiva abranger a totalidade dos bairros da zona urbana; cobertura parcial deve ser respondida como "Não", ainda que a maioria dos bairros seja atendida.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30547 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30549	Informe o percentual de pessoas atendidas pela coleta seletiva urbana.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30548 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30550	O Município dispõe de serviço de coleta convencional urbana cobrindo todos os bairros?	Deve existir serviço de coleta convencional (recolhimento regular de resíduos, não separados para reciclagem, especialmente rejeitos e resíduos orgânicos, destinados ao tratamento ou à disposição final adequada) implantado e em funcionamento. Para a resposta ser positiva deve atender a toda a área urbana.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30551	Informe o percentual de pessoas atendidas pela coleta convencional urbana.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30550 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30552	O Município dispõe de serviço de coleta seletiva rural?	Considera-se atendido quando existir coleta seletiva organizada, com rotina definida, nas localidades rurais do Município, ainda que com periodicidade menor que a da zona urbana, desde que regular e conhecida pela população rural; Não será considerado atendido o Município que apenas oriente os moradores rurais a levar o reciclável até a zona urbana, sem rotina de coleta na própria localidade. Marque a opção "não se aplica" caso o Município não disponha de área rural.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30553	A coleta seletiva atinge todas as localidades rurais?	Considera-se atendido quando a coleta seletiva abranger a totalidade das localidades/comunidades rurais do Município; cobertura parcial deve ser respondida como "Não".	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30552 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30554	Informe o percentual da população rural atendida pela coleta seletiva.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30553 == "NAO")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30555	O Município realiza coleta convencional de resíduos sólidos na área rural cobrindo toda a área rural?	• O serviço pode ocorrer por meio de coleta porta a porta ou por pontos de coleta disponibilizados em locais acessíveis à população rural. • Marque a opção "não se aplica" caso o Município não disponha de área rural.	SIM/NÃO/NÃO SE APLICA (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30556	O Município dispõe de mecanismos para identificação dos recicláveis na coleta seletiva porta a porta?	Considera-se atendido quando o Município possuir metodologia para identificar materiais recicláveis da coleta porta a porta (ex.: cronograma de dias/horários específicos; saco ou recipiente utilizado pelo próprio morador para acondicionar e apresentar o reciclável à coleta, com cor ou identificação específica)	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30547 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30557	A coleta seletiva passa por processo de classificação em centro de triagem?	• Considera-se atendido quando existir estrutura de triagem em funcionamento no ano de referência, desde que receba e classifique o material da coleta seletiva municipal;	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30547 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30558	O local de triagem dispõe de esteira, prensa, mesas de triagem e outros equipamentos necessários para a atividade?	• O centro de triagem deve estar equipado com infraestrutura mínima (esteira, prensas, mesas de triagem ou equipamentos equivalentes); compatíveis com o volume de material processado pelo Município; • Os equipamentos devem estar em condições de uso.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30557 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30559	O sistema de coleta seletiva prioriza a participação de cooperativas ou associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, constituídas por pessoas de baixa renda?	• Considera-se atendido quando o Município priorizar cooperativas ou associações de catadores de baixa renda em qualquer etapa relevante da coleta seletiva, seja na execução da coleta propriamente dita, seja (modelo mais comum) na destinação do material coletado para triagem, beneficiamento e comercialização pela cooperativa;	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30547 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30560	O Município efetua a coleta de resíduos volumosos, excluídos aqueles sujeitos a sistemas de logística reversa, em conformidade com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e/ou em normativa municipal própria (ex.: lei, decreto)?	São dois aspectos cumulativos: • Deve existir tratativa dos volumosos no PMGIRS e/ou em normativa municipal. Não integram esta pergunta os resíduos volumosos que sejam também sujeitos a logística reversa (ex.: eletrodomésticos de linha branca). • O Município deve operacionalizar a atividade conforme definido pelo plano e/ou normativas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV17. Execução e operação da gestão de resíduos sólidos	30561	O Município efetua a coleta de resíduos da construção civil de pequenos geradores em conformidade com o Plano Municipal e/ou em normativa municipal própria (ex.: lei, decreto)?	São dois aspectos cumulativos: • Deve existir a disciplina de resíduos da construção civil de pequenos geradores no Plano Municipal e/ou em normativa municipal. • O Município deve operacionalizar a atividade conforme definido pelo plano e/ou normativas.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30562	No ano de referência, o Município controlou a pesagem dos resíduos sólidos urbanos a cada coleta realizada, com registro dos dados para acompanhamento e gestão dos serviços?	• Considera-se atendido quando o Município mantiver controle da pesagem a cada coleta realizada, com acesso direto aos dados e registro para acompanhamento, independentemente de a pesagem ser executada diretamente pelo Município ou por terceiro contratado; • O controle deve refletir rotina consistente, associada à periodicidade de coleta do Município.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30563	Informe qual foi o peso médio dos resíduos sólidos urbanos coletados no ano de referência.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30562 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30564	O Município possui normativa que defina os critérios para identificação dos grandes geradores de resíduos sólidos não sujeitos a licenciamento ambiental (art. 20, II, "b", da Lei nº 12.305/2010), com respectivo fluxo de trabalho para recebimento, análise e acompanhamento de seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)?	• Considera-se atendido quando existir norma municipal estabelecendo critérios de natureza, composição ou volume que definam quando o resíduo comercial/de prestação de serviços não é equiparado ao resíduo domiciliar, associada a fluxo de trabalho para recebimento, análise e acompanhamento dos respectivos PGRS, ainda que, no momento, não haja gerador enquadrado; • O fluxo pode estar representado em fluxograma, POP, manual interno, sistema eletrônico ou roteiro de análise. Não basta a afirmação genérica de que "a Secretaria de Meio Ambiente analisa". É recomendável indicar quem faz o quê dentro do processo (ex.: atribuições do protocolo, responsável pela análise técnica, autoridade competente para aprovação ou manifestação final).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30565	O Município possui grandes geradores de resíduos sólidos identificados conforme definição em normativa municipal?	• Considera-se atendido quando o Município possuir relação/cadastro atualizado dos grandes geradores efetivamente identificados com base nos critérios definidos na normativa municipal (questão anterior), indicando quantidade e natureza da atividade de cada um. • Considera-se atendido também quando, mediante levantamento efetivo realizado com base nos critérios definidos na normativa municipal, for constatada a inexistência de grande gerador enquadrado no Município. Não será considerada atendida a resposta negativa • desacompanhada de evidência do levantamento realizado.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30564 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30566	No ano de referência, o Município monitorou a disponibilização de informações sobre a implementação e operacionalização dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) de seus grandes geradores, conforme o art. 23 da Lei nº 12.305/2010?	• No ano de referência, os responsáveis por PGRS devem ter disponibilizado informações sobre a execução e operacionalização de seus planos. • As informações apresentadas devem abranger, no mínimo, as ações previstas no PGRS, a destinação e tratamento dados aos resíduos, bem como os resultados obtidos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((30564 == "SIM") and (30565 == "SIM"))	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30567	No ano de referência, o Município realizou e documentou o monitoramento do Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos?	• Deve ter sido realizado monitoramento da execução do Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no ano de referência; • O monitoramento deve estar registrado em relatório oficial, contendo análise de cumprimento de metas previstas. • O monitoramento deve ter ocorrido no ano de referência, ainda que com relação a situação das metas em ano anterior (por exemplo, monitoramento executado em 2026 sobre o alcance das metas de 2025).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30523 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30568	Anexe o relatório de monitoramento do Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos emitido no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30567 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30569	O relatório de monitoramento das metas do Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos emitido no ano de referência apresenta informações atualizadas sobre o progresso da meta fixada para os serviços de coleta seletiva?	• O Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve prever, de forma expressa, uma ou mais metas relativas ao serviço de coleta seletiva. • O relatório de monitoramento do plano emitido no ano de referência deve demonstrar a situação da meta fixada para os serviços de coleta seletiva.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30567 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30570	O relatório de monitoramento das metas do Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos emitido no ano de referência apresenta informações atualizadas sobre o progresso da meta de redução da quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada?	• O Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve prever, de forma expressa, meta de redução da quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada. • O relatório de monitoramento do plano emitido no ano de referência deve demonstrar a situação da meta de redução da quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada. • Obs.: a redução na quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada pode ser alcançada por meio de ações de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30567 == "SIM")	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30571	O Município implantou sistema de valorização da fração orgânica dos resíduos sólidos?	Considera-se atendido quando existir sistema de valorização da fração orgânica implantado no território municipal no ano de referência (ex.: compostagem doméstica, comunitária ou industrial; biodigestão com produção de biogás; ou tecnologia equivalente), abrangendo, no mínimo, resíduos orgânicos coletados de forma seletiva.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30572	O relatório de monitoramento das metas do Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos emitido no ano de referência apresenta informações atualizadas sobre o progresso das metas fixadas para o sistema de valorização da fração orgânica?	• Deve existir sistema de valorização da fração orgânica implantado no território municipal no ano de referência. • A valorização da fração orgânica compreende iniciativas para o destino útil à fração orgânica como compostagem doméstica, comunitária ou industrial; biodigestão com produção de biogás, entre outras.. • O Plano Municipal ou Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deve prever, de forma expressa, metas para o sistema de valorização da fração orgânica. • O relatório de monitoramento do plano emitido no ano de referência deve demonstrar a situação das metas para o sistema de valorização da fração orgânica.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((30534 == "SIM") and (30567 == "SIM") and (30571 == "SIM"))	NÃO	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30573	No ano de referência, o Município realizou campanhas de orientação à população para a separação, o acondicionamento e o descarte adequado dos resíduos sólidos?	• Deve ter sido realizada pelo menos uma campanha no ano de referência; • A campanha deve abranger a separação dos resíduos recicláveis e rejeitos, formas de acondicionamento e procedimentos de coleta ou destinação; • Campanhas restritas a fluxos específicos de resíduos (ex.: eletrônicos, pneus, pilhas, óleo de cozinha ou medicamentos) não são suficientes, isoladamente, para atendimento da questão.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30574	Anexe a documentação comprobatória da realização das campanhas de acondicionamento adequado dos resíduos sólidos.	• O Município deve ter realizado ao menos uma campanha de orientação no ano de referência; • O documento deve indicar qual a temática envolvida pela campanha, especialmente, se englobou instruções sobre separação, acondicionamento e coleta de resíduos. • Deve indicar o público atingido (escola, bairros, comunidades) e o número de pessoas aproximado (caso possível mensurar). • Deve indicar o meio utilizado - palestras, material divulgado em rede social etc.	ANEXO	NÃO	(30573 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30575	Há publicidade das rotas de coleta, permitindo uma boa informação à sociedade sobre a coleta de resíduos convencionais e recicláveis?	Considera-se atendido quando o Município divulgar, por canal de fácil acesso à população (site oficial, aplicativo, redes sociais, informativo impresso), as rotas e/ou cronograma (dias e horários) da coleta convencional e da coleta seletiva, para os serviços efetivamente existentes no Município (urbano e/ou rural, conforme aplicável); Não será considerado atendido o Município que apenas informe "há coleta seletiva" sem detalhar rotas, dias ou horários que permitam ao município se programar.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30576	O Município disponibiliza, de forma clara e de fácil acesso, informações orientativas aos municípios sobre os tipos de resíduos (recicláveis, rejeitos, volumosos, eletroeletrônicos, construção civil, saúde), bem como sobre os respectivos pontos de entrega ou descarte?	Considera-se atendido quando o Município disponibilizar, por canal de fácil acesso, informação sobre os principais tipos de resíduos listados e o respectivo ponto de entrega/descarte (ecoponto, PEV, ponto de coleta específico, ou instrução de acionamento do serviço, quando aplicável);	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q06. Resíduos sólidos	IV18. Monitoramento, educação ambiental e acompanhamento da gestão de resíduos sólidos	30577	O Município implantou ações de fomento à logística reversa?	• Devem existir ações de fomento no ano de referência, entendidas como articulação e apoio local à operacionalização de sistemas de logística reversa estruturados pelo setor empresarial. São exemplos de ações de fomento: divulgação à população dos pontos de entrega já operados por empresas no território; articulação com cooperativas e associações de catadores, priorizando-as na cadeia local de logística reversa; articulação na forma apresentada na página: https://sinir.gov.br/perfis/logistica-reversa/logistica-reversa/pneus-inserviveis/ • O fomento não se confunde com a operação do sistema. Ou seja, o Município articular não é o mesmo que o Município executar diretamente a coleta. Esse tipo de atividade, originalmente de responsabilidade do setor empresarial, caso assumida formalmente pelo Município, deverá ser devidamente remunerada, nos termos do art. 33, §7º, da Lei nº 12.305/2010. • As iniciativas devem estar em funcionamento no ano de referência. Saiba mais em: https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/municipio-pode-apoiar-a-implantacao-da-logistica-reversa-e-reduzir-o-custo-da-coleta	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Servidor(a) responsável por Resíduos Sólidos no Município	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente
Q07. Mudanças climáticas	IV19. Diagnósticos sobre mudanças climáticas	30578	O Município possui inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE)?	• O inventário deve identificar e quantificar as principais fontes ou setores emissores (por exemplo: transporte, energia, resíduos, agropecuária, processos industriais). • A metodologia utilizada deve estar alinhada a padrões e diretrizes reconhecidas nacional ou internacionalmente (ex.: IPCC; GPC; ou outras, desde que adequadas à escala municipal). • O inventário deve servir de base para a definição de metas de mitigação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Mudanças climáticas	IV19. Diagnósticos sobre mudanças climáticas	30579	Anexe a documentação completa relativa ao inventário de gases de efeito estufa mais recente.	-	ANEXO	NÃO	(30578 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV19. Diagnósticos sobre mudanças climáticas	30580	O inventário de gases de efeito estufa (GEE) foi elaborado ou atualizado nos últimos 3 anos?	Deve existir inventário municipal de emissões de gases de efeito estufa elaborado ou atualizado nos últimos 3 anos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30578 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV19. Diagnósticos sobre mudanças climáticas	30581	O Município possui mapeamento dos riscos climáticos, produzido ou atualizado nos últimos 5 anos, baseado em evidências científicas?	• Deve existir mapeamento de riscos climáticos elaborado ou atualizado nos últimos 5 anos. • O mapeamento deve estar fundamentado em evidências científicas e/ou dados de plataformas oficiais (ex.: AdaptaBrasil, CEMADEN). • Devem ser consideradas ameaças como secas, enchentes, deslizamentos, ondas de calor, desertificação e elevação do nível do mar. • O conceito de risco climático não se limita a eventos climáticos extremos: também envolve, por exemplo, o aumento de doenças associadas ao aquecimento global ou a impossibilidade de continuar cultivando determinada variedade agrícola em uma região. Ambos também são considerados riscos climáticos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV19. Diagnósticos sobre mudanças climáticas	30582	Anexe o documento que comprove o mapeamento dos riscos climáticos, produzido ou atualizado nos últimos 5 anos, baseado em evidências científicas.	-	ANEXO	NÃO	(30581 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV19. Diagnósticos sobre mudanças climáticas	30583	O Município possui diagnóstico sobre grupos sociais e/ou econômicos em situação de vulnerabilidade diante dos impactos das mudanças climáticas, identificando suas necessidades?	• Deve existir diagnóstico que identifique grupos sociais e/ou econômicos mais vulneráveis aos impactos climáticos. • O diagnóstico deve considerar, dentre outras questões, fatores socioeconômicos e demográficos. • As necessidades específicas desses grupos devem estar registradas e relacionadas a medidas de adaptação.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30581 == "SIM")	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV19. Diagnósticos sobre mudanças climáticas	30584	Anexe o documento que comprove o diagnóstico sobre grupos sociais e/ou econômicos em situação de vulnerabilidade diante dos impactos das mudanças climáticas.	-	ANEXO	NÃO	(30583 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Mudanças climáticas	IV19. Diagnósticos sobre mudanças climáticas	30585	As vulnerabilidades identificadas e os riscos climáticos foram considerados nas políticas públicas municipais (uso de solo, saúde, assistência social, energia, transporte etc.)?	Os riscos e vulnerabilidades identificados devem estar incorporados em políticas públicas municipais (uso do solo, saúde, transporte, energia, agricultura, assistência social etc.).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((30581 == "SIM") and (30583 == "SIM"))	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV19. Diagnósticos sobre mudanças climáticas	30586	Anexe o documento que comprove a incorporação de pelo menos um dos riscos em políticas públicas executadas no ano de referência.	-	ANEXO	NÃO	(30585 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV20. Planejamento e normativos sobre mudanças climáticas	30587	O Município possui legislação (lei e/ou decreto) sobre mudanças climáticas, em vigor, que trata tanto de mitigação quanto de adaptação?	• Deve existir legislação municipal específica sobre mudanças climáticas, em vigor. • A legislação deve tratar tanto de mitigação (redução de emissões de GEE) quanto de adaptação (redução de riscos e aumento da resiliência). • A legislação deve definir instrumentos (planos, mecanismos de monitoramento, transparência) e atribuição de responsabilidades institucionais.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV20. Planejamento e normativos sobre mudanças climáticas	30588	Anexe o ato normativo municipal (lei e/ou decreto) sobre mudanças climáticas.	-	ANEXO	NÃO	(30587 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV20. Planejamento e normativos sobre mudanças climáticas	30589	O Município possui Plano Municipal de Ação Climática, aprovado por lei ou decreto, elaborado ou atualizado nos últimos 5 anos?	• Deve existir Plano Municipal de Ação Climática aprovado por lei ou decreto municipal. • O Plano deve ter sido elaborado ou atualizado nos últimos 5 anos. • O Plano deve prever mecanismos de acompanhamento (indicadores de desempenho, relatórios periódicos etc.) que permitam comparar o previsto com o executado.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV20. Planejamento e normativos sobre mudanças climáticas	30590	Anexe o ato normativo municipal que institui o Plano Municipal de Ação Climática.	-	ANEXO	NÃO	(30589 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV20. Planejamento e normativos sobre mudanças climáticas	30591	O Plano Municipal de Ação Climática está publicado, na íntegra, no site oficial do Município ou no portal da transparência?	O Plano Municipal de Ação Climática deve estar publicado, na íntegra, no site oficial do Município ou no portal da transparência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30589 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Mudanças climáticas	IV20. Planejamento e normativos sobre mudanças climáticas	30592	Informe o endereço eletrônico (link) de acesso ao Plano de Ação Climática.	-	COMENTÁRIO (CAIXA DE TEXTO)	NÃO	(30591 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV20. Planejamento e normativos sobre mudanças climáticas	30593	O Plano Municipal de Ação Climática, com base no inventário de emissões de GEE, define metas próprias de redução de emissões (mitigação), com prazos de cumprimento definidos?	• O Plano deve estar fundamentado em inventário de emissões de GEE elaborado conforme metodologias reconhecidas (ex.: IPCC; GPC; ou outras, desde que adequadas à escala municipal). • O Plano deve definir metas próprias e claras de redução de emissões (mitigação), com prazos de cumprimento definidos. • As metas devem ser mensuráveis, isto é, acompanhadas de indicadores que permitam verificar objetivamente o seu cumprimento (ex.: percentual de redução de emissões, toneladas de CO2e evitadas).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((30578 == "SIM") and (30589 == "SIM"))	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV20. Planejamento e normativos sobre mudanças climáticas	30594	O Plano Municipal de Ação Climática, com base no inventário de emissões de GEE, define medidas de mitigação voltadas aos principais setores emissores do Município (por exemplo: transporte, energia, agropecuária, resíduos)?	• Devem ser previstas medidas específicas para os principais setores emissores do Município (transporte, energia, agropecuária, resíduos e processos industriais, quando aplicável). • As medidas devem estar baseadas no inventário de emissões de GEE.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((30578 == "SIM") and (30589 == "SIM"))	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV20. Planejamento e normativos sobre mudanças climáticas	30595	O Plano Municipal de Ação Climática, com base no diagnóstico de riscos climáticos e vulnerabilidades, define objetivos e metas de adaptação, abrangendo os principais setores impactados (por exemplo: recursos hídricos, saúde, habitação, transporte, energia, agricultura, turismo)?	• O Plano deve estar fundamentado em diagnósticos de riscos climáticos e de vulnerabilidades atualizados. • O Plano deve definir objetivos e metas de adaptação às mudanças climáticas. • As metas de adaptação devem contemplar, no mínimo, os principais setores potencialmente impactados (por exemplo: recursos hídricos, saúde, habitação, transporte, energia, agricultura, turismo). • As metas devem ser mensuráveis, isto é, acompanhadas de indicadores que permitam verificar objetivamente o seu cumprimento (ex.: extensão de área/população protegida, redução de perdas associadas a eventos climáticos).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((30583 == "SIM") and (30589 == "SIM"))	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV20. Planejamento e normativos sobre mudanças climáticas	30596	O Plano Municipal de Ação Climática, com base no diagnóstico de riscos climáticos e vulnerabilidades, define medidas de adaptação para os principais setores impactados (por exemplo: recursos hídricos, saúde, habitação, transporte, energia, agricultura, turismo)?	• O Plano deve indicar estratégias e medidas práticas de adaptação, abrangendo os principais setores impactados (por exemplo: recursos hídricos, saúde, habitação, transporte, energia, agricultura, turismo). • As medidas de adaptação devem ser baseadas nos riscos e vulnerabilidades identificados.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	((30583 == "SIM") and (30589 == "SIM"))	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV20. Planejamento e normativos sobre mudanças climáticas	30597	No ano de referência, o Município realizou e documentou o monitoramento do cumprimento das metas e/ou medidas, de mitigação e de adaptação, do Plano Municipal de Ação Climática?	• No ano de referência, deve ter sido realizado e documentado o monitoramento das metas e medidas de mitigação e de adaptação do Plano Municipal de Ação Climática. • O monitoramento pode ser conduzido por comitês intersetoriais formalmente instituídos.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30589 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Mudanças climáticas	IV20. Planejamento e normativos sobre mudanças climáticas	30598	Anexe o documento que comprove o monitoramento das metas e/ou medidas do Plano Municipal de Ação Climática.	-	ANEXO	NÃO	(30597 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV21. Estrutura institucional e recursos humanos para gestão climática	30599	O Município dispõe de estrutura governamental, criada por norma, reunindo representantes de diversas secretarias, para tratar de aspectos climáticos?	• Deve existir estrutura governamental formalmente instituída por norma (lei, decreto, resolução). • A estrutura deve ser constituída por representantes de diversas secretarias para garantir que o tema das mudanças climáticas seja tratado de forma transversal, contínua e com respaldo institucional/legal. • Atribuições devem incluir coordenação e implementação da agenda climática (mitigação e adaptação). • Exemplos de estrutura: comissões, conselhos, fóruns, comitês executivos ou técnicos, grupos de trabalho setoriais compostos por técnicos de várias pastas, coordenações ou departamentos de clima.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV21. Estrutura institucional e recursos humanos para gestão climática	30600	Anexe o ato normativo municipal que institui a estrutura governamental para assuntos climáticos.	-	ANEXO	NÃO	(30599 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV21. Estrutura institucional e recursos humanos para gestão climática	30601	A estrutura governamental criada para tratar de assuntos climáticos realizou pelo menos uma reunião e/ou evento no ano de referência?	• A estrutura governamental criada para tratar de mudanças climáticas deve ter realizado pelo menos uma reunião ou evento no ano de referência. • A reunião deve estar registrada (atas, relatórios ou registros equivalentes).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30599 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV21. Estrutura institucional e recursos humanos para gestão climática	30602	Anexe a documentação comprobatória da realização das reuniões ou eventos no ano de referência (ata de reunião, por exemplo).	-	ANEXO	NÃO	(30601 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV21. Estrutura institucional e recursos humanos para gestão climática	30603	As reuniões e/ou eventos conduzidos pela estrutura governamental criada para tratar de assuntos climáticos contaram com a participação de integrantes de outras políticas e secretarias?	• Nas reuniões/eventos conduzidos pela estrutura governamental para tratar de assuntos climáticos, deve ter havido participação efetiva de representantes de outras secretarias ou políticas setoriais (ex.: saúde, educação, agricultura, transporte, energia, assistência social, planejamento urbano). • A participação deve estar registrada em atas, listas de presença ou relatórios equivalentes. • A atuação intersetorial deve ter caráter de articulação ou integração de políticas, e não apenas presença formal.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30601 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Mudanças climáticas	IV21. Estrutura institucional e recursos humanos para gestão climática	30604	O Município instituiu mecanismos de participação de partes interessadas não governamentais (sociedade civil, setor privado e academia) na elaboração, na implementação e na continuidade de estratégias, políticas e planos climáticos?	• Devem existir mecanismos formais, contínuos e deliberativos que permitam o envolvimento dos atores tanto para a concepção como para a implementação de ações relacionadas ao clima. • Deve estar estruturado de forma a permitir que os atores participem dos debates sobre questões relevantes relacionadas com mudanças climáticas. • Devem existir disposições para levar em consideração as perspectivas expressas por esses atores. • A sociedade civil, o setor privado e o setor acadêmico devem estar representados nos mecanismos de participação. • Deve existir ato formal criando mecanismos de participação como: - Conselhos, comitês, reunindo representantes de secretarias de governo, ONGs, universidades, institutos de pesquisa, setor produtivo e movimentos sociais, possibilitando a formulação conjunta de metas, discussão de políticas setoriais e avaliação dos resultados; - Audiências públicas e consultas populares; - Disponibilização das minutas de projetos, relatórios ou diagnósticos em plataformas online.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV21. Estrutura institucional e recursos humanos para gestão climática	30605	Anexe o ato de instituição dos mecanismos de participação de partes interessadas não governamentais.	-	ANEXO	NÃO	(30604 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV21. Estrutura institucional e recursos humanos para gestão climática	30606	O Município possui servidor formalmente designado para atuação na área de mudanças climáticas?	• Deve haver servidor municipal formalmente designado para atuar na área de mudanças climáticas. • O ato de designação deve estar vigente no ano de referência.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	-	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV21. Estrutura institucional e recursos humanos para gestão climática	30607	Anexe o ato de designação do servidor.	-	ANEXO	NÃO	(30606 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV21. Estrutura institucional e recursos humanos para gestão climática	30608	O servidor vinculado à área de mudanças climáticas participou de ações de capacitação no ano de referência?	No ano de referência, o servidor designado para mudanças climáticas deve ter participado de pelo menos uma capacitação relacionada ao tema de mudanças climáticas (cursos, oficinas, seminários, treinamentos).	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30606 == "SIM")	NÃO	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Coordenadoria-Geral de Fiscalização

Q07. Mudanças climáticas	IV21. Estrutura institucional e recursos humanos para gestão climática	30609	Anexe os documentos que comprovem a participação do servidor em capacitação.	-	ANEXO	NÃO	(30608 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV22. Ações de mitigação e adaptação climática	30610	No ano de referência, houve a implementação de ações de mitigação das mudanças climáticas envolvendo os principais setores emissores (ex.: energia, transporte, resíduos, agricultura)?	- No ano de referência, devem ter sido executadas ações concretas de mitigação em setores emissores relevantes (ex.: energia, transporte, agricultura, resíduos). - As ações devem contribuir para a redução de emissões de GEE e/ou para o aumento de sumidouros de carbono. - Exemplos: ampliação de áreas verdes, incentivo à agroecologia, transporte de baixo carbono, programas de eficiência energética.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30578 == "SIM")	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV22. Ações de mitigação e adaptação climática	30611	Anexe a documentação comprobatória das ações de mitigação das mudanças climáticas envolvendo os principais setores emissores.	-	ANEXO	NÃO	(30610 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV22. Ações de mitigação e adaptação climática	30612	No ano de referência, houve a implementação de ações de adaptação às mudanças climáticas atendendo aos principais setores e pessoas impactados?	- No ano de referência, devem ter sido executadas ações voltadas à adaptação de setores e populações vulneráveis, conforme diagnóstico efetuado. - As ações devem estar relacionadas aos riscos climáticos identificados para o Município. - Exemplos: reflorestamento de nascentes, infraestrutura hídrica resiliente, irrigação eficiente na agricultura, instalação de bebedouros públicos em ondas de calor.	SIM/NÃO (COMBO BOX)	SIM	(30583 == "SIM")	-	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-
Q07. Mudanças climáticas	IV22. Ações de mitigação e adaptação climática	30613	Anexe a documentação comprobatória das ações de adaptação às mudanças climáticas atendendo aos principais setores e pessoas impactados.	-	ANEXO	NÃO	(30612 == "SIM")	NÃO SE APLICA	Gestor(a) municipal da área de meio ambiente	-